
EDUCAÇÃO FÍSICA

LUIZA GONZALEZ

**A (DES)EDUCAÇÃO DO GOVERNO
BOLSONARO: Um balanço político da
contribuição de Bolsonaro e seus Ministros à
educação**



Rio Claro - SP
2023

LUIZA GONZALEZ

**A (DES)EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO:
UM BALANÇO POLÍTICO DA CONTRIBUIÇÃO DE BOLSONARO E
SEUS MINISTROS À EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Gnecco

Co-orientadora: Profa. Dra. Gabriella Andreetta
Figueiredo

Rio Claro - SP

2023

G643(Gonzalez, Luiza
A (des)educação do Governo Bolsonaro : um balanço político da
contribuição de Bolsonaro e seus Ministros à educação / Luiza Gonzalez. --
Rio Claro, 2023
62 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Educação Física) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientador: José Roberto Gnecco
Coorientadora: Gabriela Andreeta Figueiredo

1. Política educacional. 2. Educação. 3. Jair Bolsonaro. 4. Ministério da
Educação. 5. Neoliberalismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUIZA GONZALEZ

A (DES)EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO:
UM BALANÇO POLÍTICO DA CONTRIBUIÇÃO DE BOLSONARO
E SEUS MINISTROS À EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Roberto Gnecco

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

Profa. Dra. Áurea de Carvalho Costa

Aprovado em: 18 de Outubro de 2023



Assinatura do orientador



Assinatura da coorientadora



Assinatura da discente

FOLHA AGRADECIMENTOS

É impossível iniciar esse trecho sem citar minha família, mas sobretudo, minha avó, a dona Martha, que esteve comigo do início ao fim da construção desse trabalho. Ficou ansiosa comigo, acordou cedo para entregar trabalho, me buscar entre rodoviárias e faculdade para garantir que meu diploma viesse. A vocês, dona Martha e à minha mãe, Madiana, que também esteve não somente à disposição como me puxando as orelhas para hierarquizar o estudo em minha vida, meu muito obrigada. Junto delas, e não atrás, ficam meu pai, Douglas e minha tia Aninha, sempre me apoiando e incentivando a seguir meu sonho.

Em segundo lugar, agradecer ao meu amor, minha noiva e companheira de todas as horas, choros, surtos, dificuldades e pequenas vitórias, seja na vida acadêmica, como profissional. Steffany esteve ao meu lado durante a difícil conclusão do presente estudo, entre uma carga alta de trabalho e compromissos com o fim do curso, me apoiou, me incentivou. A você, saiba que poderá contar comigo sempre que precisar, meu amor.

Em terceiro lugar, estão meus companheiros de Partido e militância, que lutaram ao meu lado durante o inferno que foi o Governo Bolsonaro, e diretamente estiveram comigo em cada conclusão sintetizada em trabalho acadêmico. Sobretudo, a alguns que me foram caros na construção da luta e também do trabalho, Ronaldo, amigo, camarada, corretor por pares, psicólogo, lutador, Estevan, meu dirigente, companheiro, amigo, e paizão, e Sophia, companheira de luta, de crise de ansiedade, e rede de apoio. Sem vocês, nem o tema do presente trabalho seria o mesmo.

Por fim, agradeço:

Aos meus alunos por estarem ao meu lado nesse processo

À unesp, por ter me ensinado a entender, questionar, lutar e transformar

Ao PSOL por ter sido minha casa, minha escola e minha visão de mundo

À Universidade Pública por assegurar o direito à Ensino Superior de qualidade

E aos movimentos sociais: que nunca paremos de lutar para que nossas Universidades não sejam privatizadas, e que cada vez mais a classe trabalhadora estoure os portões e pinte-a de povo.

O futuro pede coragem.

RESUMO

Bolsonaro liderou um verdadeiro atentado à educação durante seus quatro anos de Governo diretamente através de suas políticas ao longo do mandato, desde o financiamento da educação, até suas indicações para o Ministério, mas também indiretamente, a partir de seus discursos e opiniões, que se tornaram públicas pelo seu cargo, auxiliando na manutenção dos valores e costumes conservadores e orientados a partir da visão religiosa. O estudo a seguir se propõe a avaliar a política educacional do Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) em três etapas: o primeiro, com elementos iniciais sobre como opera a educação pública no país, sob qual lógica e estrutura; em um segundo momento, o leitor encontrará uma análise das principais medidas de Bolsonaro para a educação; e por fim, um capítulo dedicado apenas à discorrer sobre os Ministros da Educação e sua atuação na pasta. Portanto, o presente trabalho tem como intuito contribuir com os estudos sobre o avanço do neoliberalismo e conservadorismo sobre a educação Brasil, com foco no período correspondente ao Governo Bolsonaro, de modo a tentar sintetizar os impactos de um projeto de extrema direita em um país. Ainda assim, compreende-se como fundamental a sequência da produção acadêmica a respeito do governo Bolsonaro no país, seja em sua totalidade, seja a partir de recortes específicos.

PALAVRAS CHAVE: política educacional, educação, Jair Bolsonaro, Ministério da Educação, neoliberalismo.

ABSTRACT

Bolsonaro led a real attack on education during his four years in government, directly through his policies throughout his term, from education financing, to his appointments to the Ministry, but also indirectly, through his speeches and opinions, which became public through their position, helping to maintain conservative values and customs guided by a religious vision. The following study proposes to evaluate the educational policy of the Government of Jair Bolsonaro (2018-2022) in three stages: the first, with initial elements on how public education operates in the country and under what logic and structure; secondly, the reader will find an analysis of the main measures taken by Bolsonaro on education; and finally, a chapter dedicated solely to discussing the Ministers of Education and their role in the department. Therefore, the present work aims to contribute to studies on the advance of neoliberalism and conservatism on education in Brazil, focusing on the period corresponding to the Bolsonaro Government, in order to try to synthesize the impacts of an extreme right-wing project in a country. Even so, the sequence of academic production is understood as fundamental to study the Bolsonaro government itself in the country, whether in its entirety or based on specific sections.

KEYWORDS: educational policy, education, Jair Bolsonaro, Ministry of Education, neoliberalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO:	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO	11
3 OS DELÍRIOS DE BOLSONARO PARA O BRASIL E PARA A EDUCAÇÃO	18
3.1 BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS: QUEM ERA BOLSONARO E QUE QUERIA	18
3.2 A DESEDUCAÇÃO NEGACIONISTA: AS PRINCIPAIS POLÊMICAS DURANTE O GOVERNO	26
3.2.1 Homeschooling	28
3.2.1 Empreendedorismo na educação: Future-se, novos caminhos e digitalização	28
3.2.2 A política de financiamento da educação: uma cronologia de ataques	30
3.2.3 Programa Escola Cívico-Militar: ainda no primeiro ano de Governo	33
3.2.4 Um novo tipo de escola: para poucos e neutra	34
3.2.5 Pandemia, negacionismo e preconceito	38
4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: A PASTA DOS HORRORES	40
4.1 RICARDO VÉLEZ RODRIGUEZ, O MINISTRO DOS 100 DIAS	43
4.1.1 Medidas voltadas à militarização da educação	43
4.1.2 Medidas voltadas ao combate ideológico	44
4.2 ABRAHAM WEINTRAUB, O MINISTRO DA BALBÚRDIA E DAS BALAS DE CHOCOLATE	45
4.2.1 Medidas de redução de orçamento	46
4.2.2 Medidas e falas conservadoras e moralistas	46
4.3 CARLOS ALBERTO DECOTELLI, O MINISTRO QUE NUNCA CHEGA A ASSUMIR A PASTA	47
4.4 MILTON RIBEIRO, PROFUNDAMENTE CATÓLICO E CORRUPTO	48
4.5 VICTOR GODOY VEIGA, O ÚLTIMO DOS MINISTROS	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO:

O Brasil é um dos poucos países no mundo que ainda tem uma educação pública completamente gratuita, sobretudo em se vivendo em um mundo globalizado e capitalista, onde a ideologia neoliberal é que dita as regras, ou seja, cada vez mais os diferentes grupos políticos no poder tentam reduzir o papel do Estado na construção dos direitos sociais, aqui incluída a própria educação pública. Desde Fernando Henrique Cardoso, as políticas educacionais no Brasil são modificadas para moldar a educação às normas do mercado (LOBO, 2020). De 2018 a 2023, a partir do Governo Bolsonaro, se intensificou a tentativa de avançar com as políticas neoliberais sobre a educação, mas dessa vez, acompanhada de um programa político fortemente conservador e pautado pela moral cristã.

Pós 2013, o mundo viveu um ascenso de figuras de líderes de extrema-direita, como resposta da burguesia à uma crise política, econômica e social sem precedentes e que cada vez mais aprofundava as relações de desigualdade entre classes. A eleição de figuras como Donald Trump, Marine Le Pen, e Jair Bolsonaro impactou não apenas econômica e moralmente na sociedade, mas sobretudo e inclusive para a política educacional. Cabe ao presente trabalho se somar às centenas de pesquisas em todo o país que visam analisar e caracterizar o período do Governo Bolsonaro, tendo como eixo a educação.

O objetivo do presente estudo foi, portanto, investigar dois principais problemas na política educacional de Bolsonaro: as principais medidas aprovadas e fomentadas pelo Governo e a trajetória do Ministério da Educação e, a partir de tal análise, caracterizar como se deu a política educacional de Bolsonaro e quais seus impactos para os próximos anos. Como metodologia de pesquisa para a investigação supracitada, foi feita uma análise documental utilizando artigos científicos, projetos de lei e leis aprovadas no governo Bolsonaro, seu programa de Governo, a bibliografia de vida e política dos Ministros da Educação de Bolsonaro, e notícias da grande mídia sobre o período estudado, a fim de, a partir de uma visão materialista da sociedade, fazer uma análise e caracterização do período para tirar conclusões sobre a contribuição do Governo de Jair Bolsonaro para a educação pública brasileira. Foram utilizados como base e referencial teórico os estudos sobre materialismo de Marx e outros autores marxistas, e também sobre política educacional de Dermeval Saviani, um pesquisador brasileiro que vem analisando a

política educacional no último período, e compreende a educação como dinâmica e em movimento.

No primeiro capítulo, foi introduzido esse tipo de modelo de educação, neoliberal e à serviço do mercado, porque são os definidores filosóficos e políticos fundamentais do que se pretende estudar. Além disso, se discutiu como a educação e a política se relacionam entre si, de forma dialética, influenciando-se mutuamente. Esse capítulo é fundamentalmente sobre a metodologia do materialismo de analisar e caracterizar a sociedade e os possíveis caminhos para as questões concretas a partir de condicionantes históricas.

No segundo capítulo, pretendeu-se fazer um breve balanço dos aspectos gerais do Governo Bolsonaro, a partir da análise de seu programa de Governo e promessas de campanha, e, em um segundo momento, as principais medidas e atitudes que marcaram um capítulo da Educação no país. Nesse momento, foi possível exemplificar como se traduziu em política pública um programa fortemente neoliberal, de cortes de investimento para a educação, que contou com muitos improvisos, e paralelamente, como se deu o aumento da ideologização internamente à escola e à Universidade.

Por fim, no terceiro e último capítulo, o esforço consistiu em analisar os Ministros escolhidos para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) do Governo, órgão que é braço do Governo para organizar e gerenciar a educação pública, além de formular propostas para a sistematização da mesma. No presente trecho, foram apresentados não apenas elementos fundamentais sobre o Ministério e qual seu papel, como também foram analisadas as escolhas que levaram à definição dos quadros políticos que assumiram o Ministério, a qual grupo interno do Governo pertenciam, e sua trajetória na posição de Ministro.

O Brasil entre 2019 e 2023 foi afetado por um governo de improvisos, repetições de políticas de sucateamento do passado e que foi terra fértil para o moralismo avançar suas garras sobre a educação, como também a escola seguirá marcada por um período de desinvestimento estratégico e ideologização, com impactos de médio e longo prazo. Coube ao presente trabalho sistematizar alguns deles.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

A partir da visão materialista, descrita em O Capital (MARX, 2019) mas também aprofundada por diversos teóricos, toda a sociedade é organizada a partir da luta de classes, tendo a burguesia como seu produto e sujeito, sendo portanto hoje, a classe dominante que representa a política e a economia, fundamentalmente. Mas, mesmo para Marx, essa sociedade não é estática: a mobilização e organização dos de baixo para transformar o mundo faz parte da equação da disputa dos rumos da sociedade, seja sobre o próprio Estado, seja sobre mais objetivamente os segmentos da mesma sociedade.

A educação é e sempre será alvo de discussões em todo o mundo, sobretudo porque é a base de qualquer sociedade, tendo esse papel, dialético e contraditório, que é de servir à sustentação política da classe econômica hegemônica que atue politicamente sobre aquela sociedade, tanto quanto tem potencial de transformar a própria sociedade estruturalmente, se construída de forma emancipatória. A burguesia como classe aprendeu a se utilizar da educação como uma forma de opressão e exploração da classe trabalhadora, sendo um dos pilares fundamentais de sustentação do capitalismo. E em determinados momentos da história, de crise, onde o Estado limita seu tamanho e investimentos, é justamente um dos primeiros setores a sofrer com as mudanças. Por outro lado, também é um terreno fértil de disputas e lutas sociais por parte dos estudantes, professores e docentes, para resistir aos ataques de cada período, conformando assim um terreno bastante dinâmico do ponto de vista de sua definição.

Essa visão, materialista e dialética sobre os rumos da educação vem se construindo há anos, passando por diversos debates e amadurecimentos e hoje tem como um de seus principais vocalizadores no Brasil Dermeval Saviani. Cabe a este primeiro capítulo fundamentar alguns conceitos sobre política educacional, quais as principais formas de atuação do Estado ou de um Governo sobre a educação e situar sob quais pilares a educação no Brasil vinha se desenvolvendo no que diz respeito à essa área.

São dezenas de estudos que caracterizam o que determina a educação no país, em forma, conteúdo e estrutura (MINTO, 2011). Os diferentes autores, de neoliberais a marxistas, de diversas tendências pedagógicas, versam sobre como o Estado ou o tipo de Governo influenciam na educação ou são, por ela, influenciados.

Saviani faz uma relação entre política e educação ao final de sua obra *Escola e Democracia* que contribui muito para a presente discussão. Em “Onze teses sobre educação e política” (In: SAVIANI, 1981), se questiona se educação e política se equivalem. Dessa pergunta fundamental, o professor chega a algumas conclusões importantes para nosso trabalho. A primeira é de que não só educação e política são práticas distintas, como funcionam de e para com diferentes tipos de sujeitos. No caso da educação, leciona-se entre não-antagônicos, ou seja, aqueles que atuam e são sujeitos da educação não são necessariamente - majoritariamente não o são - de classes antagônicas, ou têm interesses distintos. Já na política, há luta e busca por vencer o poder, ou dominar politicamente o antagônico, portanto, as práticas são distintas em forma, conteúdo e objetivo.

A segunda conclusão importante, é que sendo práticas distintas, ainda assim, não são independentes uma da outra, ao contrário, têm uma relação íntima. A terceira conclusão é sobre qual tipo de relação se configura entre a educação e política. Ora, se não se identificam, como poderiam se relacionar? A primeira relação que desenha Saviani é a relação interna entre as coisas, ou seja, “toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política, assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa” (SAVIANI, 1981). Em que pese no presente artigo, nos interessa mais a dimensão política da educação do que a dimensão educativa da política, é fundamental compreender que a intervenção na educação não só existe no macro, a partir da política educacional, mas também no micro, as ações políticas também têm função educativa.

A quarta importante conclusão de Saviani é que, se tem a educação uma dimensão política, isso significa que é essa a dimensão que diz respeito, por sua vez, sobre como será (ou não) a apropriação dos instrumentos culturais acionados para lutar contra os antagônicos. Em outras palavras, a dimensão política da educação é aquela que dita as regras de como funcionará por exemplo, o investimento para a pasta de educação, ou qual o currículo deverá ser ensinado nas escolas e universidades, ou como funcionará o caráter público da instituição de ensino, ou quais outros recursos educativos a juventude terá acesso durante seus estudos, etc.

Além das relações internas, existe também essa relação externa entre educação e política, citada na quarta conclusão, justamente porque é o desenvolvimento da prática política que permite à educação avançar ou retroceder,

em termos materiais, ideológicos e curriculares. Saviani (1981) estabelece uma relação de dependência recíproca, ou seja, a educação depende da política para fornecer condições objetivas para sua materialização, tal qual a política depende da educação para a formação de uma nova geração de profissionais, e inclusive quadros políticos. Por outro lado, o que coloca Saviani nessa última conclusão é justamente que a forma como se apropriam os sujeitos da educação do que é determinado pela burguesia como classe detentora do poder, também disputa a educação para uma outra perspectiva de educação.

Como dito anteriormente, a educação exerce uma influência na política a medida que torna possível o acesso de uma classe subordinada à educação, o que torna possível a superação dessa etapa da sociedade. A síntese máxima, inclusive, defendida pelo Saviani, é que é preciso ser idealista na base da educação, no sentido de compreender que a prática pedagógica é revolucionária, mas ser realista quanto às condições materiais da política sobre a educação, compreendendo que segue existindo uma relação de subordinação da educação ao projeto político vigente.

Estabelecida a relação entre a política e a educação, resta compreender a qual tipo de Estado falamos e como a educação foi, é e segue sendo afetada pela sua lógica.

Brevemente, sobre o modelo de sociedade que se insere a escola, é preciso constatar que pós revoluções burguesas, industrialização, e a reconfiguração das classes sociais antagônicas nesse novo tipo de sociedade capitalista, movidas pela luta permanente para sua existência e pelo poder, o mundo se dividiu em dois projetos políticos distintos: um que consiste em superar o capitalismo e extinguir as classes sociais (socialismo) e um outro que busca manter a dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora (capitalismo). A burguesia, no capitalismo, para seguir existindo, precisa atuar sobre a sociedade de forma organizada, sistemática e estruturada. A isso servem os Governos Burgueses, que se apropriam do Estado, igualmente burguês e impermeável aos interesses do povo, para gerenciar os interesses de uma minoria.

Portanto, não só o Estado é uma criação do capitalismo a partir de uma necessidade histórica de dominação de uma classe sobre a outra, como permanentemente vai se estruturar a partir de uma lógica que garanta a própria

existência das contradições entre as classes, em determinados momentos da história com aparência de democracia, mas com a essência da desigualdade.

O Estado possui um papel fundamental no processo de produção e reprodução da ordem do Capital. Ele se coloca como uma forma de garantir aos indivíduos a manutenção da propriedade privada e a ordem social por meio, se necessário (e era quase sempre) da violência. Então, o Estado burguês nasce com a função delimitada de garantir o pleno funcionamento da ordem do mercado sem interferir nela. (LIMA, 2020)

“Em geral, a história do capitalismo é marcada, ou melhor, fundamentada por um impulso constante e incontrolável de acumulação, concentração e centralização de riqueza convertida em Capital.” (LIMA, 2020) Em serviço dessa lógica fundamental, a classe dominante se organiza para dominar em cada momento distinto da história, a saber que justamente por responder a uma lógica incontrolável de acumulação, o capitalismo ao longo de seu desenvolvimento sempre precisa enfrentar as crises que abalam a estrutura de seu livre desenvolvimento (Lima, 2020).

E são diversas as formas de enfrentamento dessas crises, muitas delas passando pela reinvenção da forma de dominar o Estado - mudando os grupos políticos do poder para gerar sentimento de alternância -, ou ainda apostando em uma forma mais autoritária de construção política, com valores morais para responder a uma crise dura, ou ainda reorganizando o Estado de modo a reduzir estrategicamente os investimentos nas áreas públicas para manter os lucros dos super-ricos.

É notável, portanto, a capacidade da burguesia de se organizar para melhor responder às necessidades do momento e seguir governando uma população, seja se utilizando do aparelho do Estado, seja se utilizando da própria política. Atualmente, a ideologia que correspondente a essa forma econômica, de dominação política e social é o neoliberalismo, que tem como princípio ser um “novo liberalismo”, que é na prática se utilizar do Estado para garantir o desenvolvimento do mercado (LIMA, 2020) É uma resposta direta aos avanços da URSS como programa e projeto possível de sociedade, estabelecendo uma moral e uma ideologia própria para o capitalismo, que pudesse blindar aos trabalhadores e criar perspectivas também dentro desse sistema, naturalizando sua desigualdade, e convencendo individualmente as pessoas dessa lógica a partir da possibilidade de

vencer na vida, ou seja, a partir da meritocracia e da própria educação. É isso que é o neoliberalismo: consiste basicamente em ampliar a liberdade do mercado se desenvolver, flexibilizando as leis econômicas e se possível, trabalhistas, desburocratizando o processo da acumulação capitalista na sociedade.

É fundamental compreender a lógica neoliberal porque é justamente ela que foi impressa na educação quando se fala não apenas em Bolsonaro, como também na história recente do país. A lógica neoliberal é aquela que se ergue como força maior, se espalhando ideologicamente por povos de todos os cantos, como diz Netto (1993, p.226):

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuíto, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia do natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado).

É a ideologia neoliberal que tem como base as atividades do FMI, do Banco Mundial, e das corporações internacionais (MARRACH, 1996). É uma modernização do próprio liberalismo, que tem como base o indivíduo. Tal etapa visa reformar o Estado para transformá-lo em Estado-mínimo, desenvolver a economia, fazer reforma educacional e aumentar o poder da iniciativa privada (MARRACH, 1996). Como bem coloca Netto (1993) a partir de ideias de meritocracia, produtividade, e individualismo, é o neoliberalismo a filosofia responsável por, de forma consensual com os trabalhadores, permitir que a burguesia siga explorando a classe trabalhadora e assim, acumule riquezas nesse novo momento do capital.

A retórica neoliberal justifica a tendência à redução do papel do Estado nas políticas públicas atribuindo-o ao gerenciamento dos direitos humanos, uma vez que não há Estado do Bem-Estar Social no Brasil, e à todos os males, como a inflação, a corrupção, o desperdício, a ineficiência dos serviços, o privilégio dos funcionários, etc (HIRSCHMAN, 1992; MARRACH, 1996).

É nesse cenário que se encaixa a educação, como parte de uma sociedade capitalista, com uma filosofia hegemônica, subordinada a um Estado burguês e uma sociedade dividida em classes. Portanto, tanto a educação pública, como a educação privada, tem objetivos políticos na sociedade de classes descrita pelo marxismo como em luta constante entre duas classes, onde uma detém o poder financeiro, e capital político (consequentemente) enquanto a outra tem sua força de

trabalho como único produto a ser vendido, ficando refém quanto ao projeto de vida e decisões políticas da primeira classe, dominante. A escola privada é aquela que atinge padrões de excelência, sendo restrita àqueles que têm condições de pagar, enquanto a lógica do Estado mínimo impõe à escola pública - para muitos - um baixo padrão, como consequência do desinvestimento estratégico. Conforme avança politicamente essa lógica no país, a educação passa a responder a uma lógica produtivista e de consumo, tida pela academia como educação neoliberal, voltada para a empregabilidade, no caso da classe trabalhadora, ou para o empreendedorismo, no caso da burguesia.

Para além disso, progressivamente o caráter da educação se torna produtivista, voltado para as vendas, focalizada, sustentada por parcerias avançando na tentativa de surrupiar o caráter público da educação, como decorrência do modelo de Estado mínimo que permite, pela lógica neoliberal explicada anteriormente, a economia se desenvolver livremente e ainda estimula a acumulação de capital. O capitalismo se capilariza em todas as estruturas do aparelho de Estado. A lógica utilitarista da educação atual não só subutiliza a essência dos conhecimentos como encerra o propósito da escola na reprodução de uma classe trabalhadora instruída, entretanto, submetida à condição de classe trabalhadora.

Para Marrach (1996), a retórica neoliberal atribui à educação um papel estratégico, determinando-lhe principalmente 3 objetivos: A) preparar, na escola, os alunos para o trabalho, tal qual voltar a pesquisa acadêmica ao mesmo imperativo; b) Tornar a escola uma transmissão direta de seus princípios doutrinários; c) fazer da escola um mercado lucrativo à indústria cultural e à informática, por si só apontado como um elemento contraditório pois, para concretizar tal ponto, é preciso investir na educação. Veremos mais adiante como esses tópicos são todos contemplados pela gestão de Bolsonaro à educação.

Uma vez que a política educacional corresponde à necessidade do período em que se vive, da perspectiva da manutenção do poder, o neoliberalismo promove uma regressão da esfera pública, abordando a escola no âmbito do Mercado e esvaziando a mesma do conteúdo (SILVA, 1994).

Além disso, a forma como avança ou retrocede a educação está intrinsecamente ligada aos interesses do mercado. Portanto, sendo o Estado responsável por regular a sociedade a partir da necessidade política e econômica,

também é comum que a política do Governo seja uma política que beneficia o mercado e não os direitos da população. Mais que isso: estrategicamente, a educação serve à burguesia para reproduzir as desigualdades que permitem aos filhos das famílias ricas terem acesso à um ensino capaz de formar os próximos economistas, chefes de estado, e empresários, e ao mesmo tempo também serve a escola pública para formar o futuro da classe trabalhadora, as faxineiras, porteiros e porteiras, pintores e mecânicos que sustentam a classe dominante. Portanto, a educação é estratégica tanto à burguesia como classe, mas sobretudo, à continuação do modelo de sociedade que se tem no capitalismo.

3 OS DELÍRIOS DE BOLSONARO PARA O BRASIL E PARA A EDUCAÇÃO

Este capítulo buscou apontar o programa político de Bolsonaro às vésperas de sua eleição e também investigar algumas das suas principais e mais polêmicas medidas durante o seu Governo.

3.1 BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS: QUEM ERA BOLSONARO E QUE QUERIA

Após conceituados alguns elementos sobre neoliberalismo, Estado, política, Governo, e educação, é preciso, como colocado anteriormente, caracterizar, portanto, de que período vínhamos antes do Governo Bolsonaro.

Antes mesmo de 2018, se instalava no país e no mundo um período de muita crise econômica que se converteu em uma crise também política e de representação. A verdade é que a economia mundial, depois de recuperada da crise de 1929, vivia um momento de ascensão, até que em 2008, a partir do coração do capitalismo mundial, os Estados Unidos, se inicia uma nova crise, dessa vez imobiliária, que rapidamente assolaria todo o mundo.

De forma desigual e combinada (LOWY, 1998), essa crise afetou mundialmente a todas as economias, com mais ou menos atraso, em tempo e em efeito. No Brasil, é possível começar a notar o aumento da inflação e sintomas da crise a partir de 2011, com principal desdobramento em 2013, com a eclosão inclusive de grandes revoltas populares.

O balanço de 2013 segue em discussão. Pode-se dizer - e aqui assumimos essa tese - que junho de 2013 inaugurou um novo momento para a política no Brasil, como fizeram as lutas em todo o mundo, transformando as ruas em um espaço de disputa política de narrativas e do próprio sentido da sociedade. Ao passo em que se forjou nas ruas uma nova esquerda - retomando também a possibilidade de pensar a construção de alternativas de esquerda radical e do próprio socialismo - também foi na negação das velhas alternativas e ausência de uma nova forma de fazer política, que o interregno (NICODEMOS, 2021) dá espaço a diferentes tipos de figuras conservadoras emergirem. Junto de uma esquerda mais radical, cresce também como resposta à crise a própria extrema direita e não apenas no Brasil,

como também em todo o mundo. Essa extrema-direita que acende tem Donald Trump como seu principal vocalizador nos EUA, Marine Le Pen na França, Javier Gerardo Milei na Argentina, e entre tantos outros, Jair Messias Bolsonaro, no Brasil.

A burguesia captou que, para seguir governando, seria preciso construir uma alternativa de poder a ela própria, que havia se movimentado para garantir Temer no poder a partir do golpe parlamentar em 2016. Foi preciso construir uma alternativa de poder inclusive que se conectasse ao ascenso da extrema direita no mundo, a partir de figuras que não temessem a polêmica, que demonstrasse representar o “cidadão de bem”, para “retomar a ordem”, como costuma aparecer em muitos discursos de Bolsonaro, e de tantos líderes da extrema direita no mundo.

Existiam três principais marcos da conjuntura pré-eleições de 2018: a) uma crise de representação política para a burguesia seguir governando, com o PT muito descredibilizado e Temer já fragilizado, tomado pela impopularidade por sua forma de fazer política. b) uma crise econômica da qual fazia parte toda a estrutura do Estado, já com problemas orçamentários. e c) com o ascenso da indignação popular com a crise e, conseqüentemente, das lutas sociais na rua, que não deixaram passar despercebido o avanço da austeridade sobre os direitos do povo.

É preciso pontuar também que 2015, 2016, 2017 e 2018 foram anos de muita luta, especialmente de estudantes e trabalhadores em todo território nacional. Temer não governou sem resistência popular, não à toa não foi escolhido pela burguesia para seguir vocalizando seus interesses como chefe de estado. Desde ocupações de escolas e universidades públicas, até mobilizações feministas e em defesa dos serviços públicos, dos direitos previdenciários, dos direitos trabalhistas, entre outros. O povo, que ocupou as ruas em 2013, uma vez não representados pelos interesses do Governo, seguiu tomando as ruas em oposição a Temer, cobrando seus direitos, tornando insustentável a manutenção do ex-presidente para as eleições que se aproximavam.

Entretanto, tal qual diversas figuras políticas em todo o mundo que foram parte de um fenômeno mundial de ascensão da extrema direita, Bolsonaro conseguiu, com sua falta de educação, com o (falso) descrédito das instituições do Estado, como um bom representante do neoliberalismo, e com discurso de ódio, dialogar com um sentimento de insatisfação com a crise, mesmo sendo uma expressão e representação da própria burguesia, sujeito e produto da crise.

Jair Messias Bolsonaro, um deputado que crescia em popularidade, acumulava um patrimônio de 2,2 milhões, sendo um representante da burguesia e das forças militares, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Bolsonaro, antes de político, foi capitão do Exército Brasileiro, de onde foi expulso por indisciplina, e deu origem a uma família de políticos contraditórios e populistas, sobretudo no que diz respeito aos seus próprios filhos. Representou o exército, as forças armadas e o conservadorismo dentro do poder público, fazendo assim, história como quadro político e acumulando legislaturas, não à toa essa foi a base fundamental de seu Governo nos anos em que o trabalho se debruça a analisar.

Como Deputado Federal, Bolsonaro vinha se destacando pelas suas intervenções moralistas no Congresso, sendo parte da bancada da Bíblia e um dos vocalizadores da religião e da burguesia no Congresso. Em sua trajetória política, passou por 7 partidos diferentes sendo eles: PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP e PSC, antes de se filiar ao PSL, o que demonstrava que não existia, da sua parte, apego ideológico a um programa ou outro, mas que sua busca era sua própria manutenção no poder. Bolsonaro acumulou 7 mandatos como Deputado Federal, antes de ser Presidente da República, tendo sido anteriormente vereador, e deputado estadual. Em 2014, foi o mais votado do Rio de Janeiro na disputa pela Câmara, demonstrando-se um quadro potencial para representar a burguesia no Executivo. De seus 162 projetos de lei, apenas 2 chegaram a ser aprovados, o que também diz muito sobre a figura de Jair Messias Bolsonaro na política: um quadro de muito barulho e pouca atuação concreta.

Entre as suas posições como parlamentar, estiveram a defesa da redução da maioria penal, a defesa do direito à legítima defesa e a posse de arma de fogo para cidadãos sem antecedentes criminais, além da defesa das escolas cívico-militares, todas ideias sustentadas durante sua passagem pela presidência.

Com esse currículo, Bolsonaro cumpria todos os requisitos para se alçar como o sintoma mórbido (DE MATTOS, 2021) brasileiro, sem preocupações quanto a grosseria pública, ou de lançar mão de discursos moralistas para justificar o projeto neoliberal em curso, e pronto para avançar no recrudescimento das forças armadas e do Exército dentro do Estado, ao lado do General Hamilton Mourão do PTB, escolhido para ser seu vice. Antes de Mourão, outros quadros da política brasileira já haviam recusado a proposta.

Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018 presidente da República com 57 milhões de votos, 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL-PRTB). Seu programa seguia a rigor o plano iniciado por Michel Temer de redução do papel do Estado, avanço da filantropização do mesmo, com o adicional da intensificação da visão meritocrática e preconceituosa sobre a sociedade e a própria vida.

Existiam cinco propostas de governo apresentadas nas eleições presidenciais de 2018 (DINIZ, 2022).

TABELA 1: Planos de governo 2018

Título dos plano de governo	Candidato	Partido/Coligação
“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”	Jair Bolsonaro	PSL
“Coligação o povo feliz de novo”	Fernando Haddad	PT-PCDOB-PROS
“Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil”	Ciro Gomes	PDT
“16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista”	Vera Lúcia	PSTU
“Plano de nação para a colônia brasileira”	Cabo Daciolo	PATRIOTA

Fonte: DINIZ, 2022

O programa apresentado por Jair Bolsonaro pelo Partido Liberal (PL) antes de sua eleição em Outubro de 2018, tinha como título “o Caminho da prosperidade” (BOLSONARO, 2018), com fortes marcas de religiosidade, dando continuidade a linha do nome de sua chapa, ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’. O programa de Governo foi feito em formato de slides, nada formal, com versículos da bíblia nos cantos inferiores esquerdos, e se dividiu em alguns eixos:

> O Brasil Livre, que estipula valores do neoliberalismo no que tange ao mercado;

> Valores e compromissos, com teor fortemente religioso, com imagens inclusive de mãos rezando o catolicismo;

> Mais Brasil menos Brasília, que segue a mesma linha neoliberal, só que desta vez, reforçando a ideia de que são as autoridades a instância máxima e o livre mercado como lei máxima;

> Estrutura e Gestão, onde apresenta a ideia de Estado mínimo;

> Linhas de ação: e aí, diluído em diversas áreas, está a educação. Esse eixo tem as três subdivisões que dizem, de fato, respeito ao programa de governo e como vê Bolsonaro e sua chapa sobre as políticas internas ao Governo.

Os eixos de ação delimitados pelo programa de Governo são os seguintes:

A) Segurança e combate à corrupção, respondendo à necessidade do momento de se diferenciar dos governos anteriores;

B) Saúde e educação, no qual vamos adentrar melhor na sequência;

C) economia, marcado por uma visão neoliberal e com a atuação mínima do Estado.

O programa termina falando de outros temas, de forma pouco sistemática ou lógica, como agricultura, infraestrutura, energia, nordeste, petróleo, gás, transportes, portos, aviação civil, o novo Itamaraty, e finaliza reforçando os valores de patriotismo, liberalismo e conservadorismo.

As últimas páginas do programa são fortemente marcadas pelas cores da bandeira, reforçando o nacionalismo, e com imagens de mãos rezando, marcando a religião como eixo do programa político de Bolsonaro, e apresenta os dizeres “Ordem e Progresso” ao centro. Porém, cabe destacar, que não apenas esse elemento das crenças e valores é presente no programa - inclusive com imagens - como a propaganda anti-comunista também o é.

Para entrar no tema da educação, o programa político de Bolsonaro na educação está junto da saúde, e tem como resumo ainda no sumário a seguinte proposta: “eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.” (BOLSONARO, 2018)

O programa de educação defendido por Bolsonaro é pouco fundamentado em pesquisas científicas, e têm como eixo o desempenho escolar, os valores morais, e a busca pelo sucesso econômico do país. Propõe a mudança do conteúdo e método de ensino para oferecer “(...) mais matemática, ciências e português, SEM

DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico” (BOLSONARO, 2018).

Bolsonaro defende que no Brasil muito se gasta com a educação e poucos resultados são apresentados, como indica o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). O programa de Governo aponta dados interessantes, dali em diante, sobre abandono escolar, analfabetismo, marginalidade da educação formal, e não finalização do Ensino Médio, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa de governo apresenta como sugestões para resolver os problemas apontados a mudança de gestão, a modernização do conteúdo e a expurgação de Paulo Freire mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Relega às Universidades o papel de inovação tecnológica e faz coro com a educação a distância. Por fim, defende, sob o conchavo da inovação, ciência e tecnologia, que o modelo da pesquisa no país está esgotado, e a solução para a reinvenção da produção científica é o fortalecimento do empreendedorismo no ensino superior.

É isso que defende o programa de Bolsonaro, um investimento sistemático e ideológico para dentro das escolas e Universidades, de modo a formar jovens empreendedores para reproduzir a lógica do individualismo e convencidos da necessidade do mercado regular a economia e da igreja regular os costumes, exatamente o que fora citado nos capítulos anteriores sobre a prioridade da escola no neoliberalismo, adicionando à esse fato o papel da ideologia e moral religiosa.

A burguesia, principal classe que sustentou esse governo por quatro anos, compreendeu ser a educação estratégica para se sustentar como classe, sobretudo em seu caráter ideológico e ideologizante. Bolsonaro atuou, desde seu programa, até seu governo, de forma a retirar o conteúdo crítico das escolas, tanto quanto à precarizar a educação e atuar no avanço da privatização, ainda que no improvisado, aprofundando a construção de uma concepção de educação terrivelmente conservadora.

Althusser (1985), ainda que não tenha sido tomado aqui como um dos autores centrais a fundamentar o trabalho, coloca a escola e a educação como um produto do capitalismo, tanto quanto um dos aparelhos ideológicos do Estado, e nunca isso foi tão óbvio como durante o Governo Bolsonaro. Desde eleito, Bolsonaro prometeu e entregou indicações de ministros terrivelmente conservadores e cristãos, ou ainda

economistas, como Weintraub, que se demonstraram sem nenhum preparo específico para cuidar da educação do país, e que desacreditaram publicamente, seriadamente, dos intelectuais da educação, como Paulo Freire e tantos outros, tendo sua política muito marcada por improvisação, procrastinação, inoperância (Saviani, 1981).

Por isso, essa concepção de educação pautada pela moral, e pelos bons costumes, distante das comprovações da ciência e do princípio da universalidade educacional, se desdobrou nas trajetórias e mandatos quase que provisórios do Ministério da Educação (MEC) no Brasil, com o impressionante número de 4 ministros que estiveram à frente desta importante pasta durante um mesmo Governo, descontando um indicado que nunca chegou a assumir o cargo.

As sucessivas mudanças na chefia do Ministério da Educação não vieram desacompanhadas de uma sequência de medidas austeras e cortes descabidos às Universidades públicas e escolas de todo o país, através de Medidas Provisórias e Projetos de Lei (PLs) de todo tipo, mas todos com mesmo sentido: esvaziar de conteúdo e crítica a educação, tornando-a entendida como privilégio e para poucos, como muitas vezes foi colocada por seus ministros.

O projeto que construiu o Governo Bolsonaro não só não apresenta novidades como está inserido em uma determinada lógica e forma de conceber a educação para a empregabilidade, para o empreendedorismo e com sua pesquisa voltada às inovações de mercado. Somado a isso, defendia as escolas cívico-militares e o reforço da formação militarizada, para acabar com o espírito delinquente da juventude que havia passado os últimos cinco anos ocupando as ruas para conquistar seus direitos.

Por fim, um dos maiores temores da comunidade especialmente universitária era com a democracia interna às Universidades durante um período que prometia endurecer o regime político no país e também educacional, com a moral, e a cortar recursos de instituições que já vinham fragilizadas por um período de política neoliberal de Michel Temer.

Quanto à dimensão pedagógica da política, do começo ao fim de seu governo, Bolsonaro questionou a ciência e a produção acadêmica, e escalonou para o Ministério homens que diziam ser a Universidade Pública espaço de “balbúrdia” (O GLOBO, 2019). Foi durante o Governo Bolsonaro que o mundo viu e viveu a maior pandemia da história com a COVID-19, e ao contrário de fazer coro com a ciência, e

com os trabalhadores da saúde, o presidente do Brasil estava ocupado em dizer às pessoas para duvidarem dos métodos preventivos à doença, convencendo a população de que era apenas uma “gripezinha”.

Não só os anos de 2018 a 2022 foram anos de uma política de precarização, tentativas de cerceamento da democracia na educação e avanços no sentido da privatização da educação pública, como o que o Brasil acompanhou foi uma demonstração da falta de polidez de Bolsonaro, que por si só, era também bastante ignorante e negacionista. Não bastassem os cortes de investimentos, foi preciso por muito tempo no cotidiano às Universidades disputarem na base da sociedade a opinião das pessoas sobre temas como ciência, vacina, pesquisa e financiamento público da educação.

Em resumo, o programa político de Bolsonaro para o Brasil, mas principalmente para a educação, apontava para o reforço da lógica empreendedora e da limitação da crítica em sala de aula, mas ainda deixava lacunas sobre como funcionaria a política pública orçamentária sobre a educação, em que pese as perspectivas projetadas pelos pesquisadores acadêmicos eram das piores.

Diferente de Temer, Bolsonaro apontava desde o princípio ter interesse em limitar a democracia interna das Universidades, convertendo-as em centros de geração de mais valia, enquanto as escolas seriam importantes espaços de não-doutrinação (ou de doutrinação de uma única vertente, a do Governo) e de ensino técnico para o mercado de trabalho, de preferência a evitar o ingresso à Universidade.

Além disso, os valores, concepções e opiniões de Bolsonaro, se tornando públicas e com relevância cada vez maior visto a posição que ocupava no Estado, produziram impacto na opinião pública sobre a educação durante seu mandato, contribuindo na descredibilização da ciência por parte significativa da sociedade e negação dos avanços científicos do período, sobretudo no que tange à pandemia da COVID-19.

Como parte da exemplificação e caracterização do governo de Jair Messias Bolsonaro, importante salientar as metas estipuladas para os primeiros 100 dias de governo, apresentadas no escopo educacional, expostos na figura abaixo:

TABELA 2 - Metas para educação 100 dias de governo

Metas para os primeiros 100 dias	
Na quarta-feira (23), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni apresentou 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo. Quatro projetos envolvem a área educacional.	
Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: BOLSONARO, 2018

3.2 A DESEDUCAÇÃO NEGACIONISTA: AS PRINCIPAIS POLÊMICAS DURANTE O GOVERNO

A última seção do capítulo sobre a política de Bolsonaro trata diretamente sobre os delírios do mesmo para a educação por tópicos, que ilustram na prática o que é uma educação tipicamente neoliberal e ao mesmo tempo conservadora, ou seja, de extrema-direita, combinando recuos orçamentários com o aprofundamento da ideologização na educação de base e superior.

A educação foi mais que nunca, entre 2018 e 2022, um terreno em disputa (SAVIANI, 2020). O Governo Bolsonaro pôs em prova a educação ao construir um projeto político polêmico, baseado na moral e em seus valores individuais, políticos e religiosos. Os grandes temas que atravessaram as políticas educacionais geraram revolta nos estudantes e professores, dando coragem de lutar e protagonizar movimentos de luta na rua denunciando os ataques e contrastando o programa de

Bolsonaro com o cotidiano da educação superior e de base, criando narrativas próprias sobre o momento político e o próprio sistema educacional, disputando o futuro da educação e também mudando a forma como se faz política no país.

Na contramão do que buscam os setores protagonistas da educação, o projeto que apresentou Jair Messias Bolsonaro, que também foi seguido à risca por seus ministros não foi apenas improvisado: o estrangulamento das verbas fruto de uma política ultra-neoliberal, associado à privatização é parte de uma compreensão da educação como serviço, e não como direito, e não vem de hoje. Por outro lado, o apego à religião, à moral e o ataque à educação como política social e ao conhecimento crítico também não é novidade como prática política de contenção social em momentos de crise.

Não são poucos os trabalhos que versam sobre, desde o moralismo impregnado no Governo, até a forma como atuou o mesmo sobre o orçamento da educação (CISLAGHI ET AL, 2019; TAFFAREL & NEVES; ALVES DE OLIVEIRA; FRANCO & FILHO, 2020; SOARES BARBOSA, 2021; LOBO; COLLIER, 2023). Contraditoriamente, a pesquisa, a ciência e as Universidades, que passavam seus piores anos do ponto de vista da manutenção e estímulo, tiveram um giro para compreender e produzir sobre o que acontecia na política brasileira.

Particularmente, à autora desse texto foi um momento muito particular, não apenas academicamente, como politicamente. O Governo Bolsonaro gerou o contato de milhares de jovens com a política, seja a partir da doutrinação ideológica e identificação com o governo a partir das redes sociais, discursos e raiva, seja por parte daqueles que buscaram se conscientizar e se organizar para enfrentar a onda conservadora em nosso país, também com indignação e coragem.

Bolsonaro protagonizou um governo que sucateou e avançou na privatização das escolas e Universidades Públicas, no fortalecimento das forças militares no ensino de base e no aumento de privilégios para as classes mais ricas, esmagando o orçamento do país para os direitos previstos na constituição, entre eles a educação. Mais que isso, chefiou um ataque ideológico às instituições de ensino.

O presente capítulo é fundamentalmente composto por trechos extraídos de projetos de leis, decretos e matérias de jornal que esboçam as medidas que geraram mais polêmica entre o Governo Bolsonaro e os estudantes e professores, que inclusive levaram a oposição à rua e movimentaram o terreno da disputa pelos rumos do país.

3.2.1 Homeschooling

O ensino domiciliar, inclusive chamado pelo seu nome em inglês durante o Governo Bolsonaro, *homeschooling*, sempre foi uma prioridade em sua agenda, sobretudo porque permitiria às famílias uma alternativa à escola, uma vez que esse espaço era tido como disseminador de ideias comunistas, segundo o ex-presidente. Foi uma das primeiras disputas do Governo e materializou o combate à educação formal e o esforço em criar alternativas à mesma. O PL 3179/2012 alterava artigos de Estatutos e Diretrizes nacionais, e depois da movimentação do Governo para assinar, foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Ainda que não fosse um projeto do próprio período do Governo Bolsonaro, foi pautado em abril de 2019, e visava alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que tratava sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A proposta do Projeto de Lei de autoria de Lincoln Portela (PR/MG) era regulamentar a educação domiciliar às famílias que preferirem educar seus filhos em casa. Esse é um dos exemplos da desregulamentação da educação e desresponsabilização do Estado pela educação.

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. (BRASIL, 2012).

3.2.1 Empreendedorismo na educação: Future-se, novos caminhos e digitalização

Na sequência dos planos de oferecer alternativas à educação formal, tanto quanto desvalorizar o trabalho daqueles que ministram aulas, descredibilizando a necessidade do professor, foi também o Governo ponta de lança no apoio à digitalização da educação, de modo a fortalecer o ensino a distância, sob a narrativa de modernização. Nesse sentido, estão algumas medidas, como o Future-se, o programa Novos Caminhos, a digitalização do Enem e o apoio intransigente ao EAD para além da pandemia.

O Future-se era um programa que dizia respeito às Universidades Públicas, que previa o alastramento do financiamento privado da educação pública sob o argumento de modernização. Assim de dá o Decreto nº 9.741 de 29 de março de 2019:

Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se.

Art. 1º Fica instituído o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, com os seguintes objetivos:

I - incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais;

II - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior;

IV - estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; e

V - aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais.(...). (BRASIL, 2019)

No mesmo sentido está o Programa do MEC Novos Caminhos, que tem em seu texto previsto:

Trata-se de um conjunto de ações para o fortalecimento da política de Educação Profissional e Tecnológica, em apoio às redes e instituições de ensino, no planejamento da oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica.

O Novos Caminhos visa, ainda, contribuir para o alcance da meta definida no Programa 5012 do Plano Plurianual 2020-2023. A ampliação do número de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional contribuirá para a inserção socioproductiva de milhões jovens e trabalhadores e também para a alavancagem da produtividade e competitividade de diversos setores da economia.

Para alcançar seus objetivos, as ações que constituem o Novos Caminhos serão implementadas a partir de três eixos de atuação: Eixo 1: Gestão e Resultados; Eixo 2: Articulação e Fortalecimento; e Eixo 3: Inovação e Empreendedorismo. (MEC, 2020).

Ambos, Future-se e Novos Caminhos, são expressões do neoliberalismo econômico em que esteve inserido o Governo Bolsonaro, que buscou a todo momento financiar a educação pública por fundos privados, avançando no processo de privatização, além de nesse caso particularmente, justificar esse processo sob o argumento da modernização, inovação e empreendedorismo.

Por fim, ainda no mesmo sentido, foi Bolsonaro que tentou digitalizar o ENEM e instalar computadores e televisões nas escolas, ambas propostas que, se aprovadas, gerariam um verdadeiro apartheid social entre filhos de patrões e trabalhadores, uma vez que não é possível comparar as realidades tão distintas de acesso à estrutura e educação de diferentes classes sociais.

3.2.2 A política de financiamento da educação: uma cronologia de ataques

Desde o início de seu governo, Bolsonaro prometeu reduzir os gastos em educação, por compreender que se investia muito em tal pasta com pouca efetividade. O balanço é positivo, da perspectiva da intenção política: O Globo estima que a verba para custeio das Universidades federais caiu 45% no Governo Bolsonaro. Isso porque, de 2019 a 2022, a queda no orçamento foi de 8,1 bilhões para 4,4 bilhões, segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Além de reduzir o orçamento, também reduziu o investimento, que caiu 50% entre 2019 e 2022. (MARTELLO, 2022).

No primeiro semestre de 2019, o MEC sob gestão de Abraham Weintraub fez um primeiro congelamento de 30% de verbas das universidades federais fluminense, da Bahia, e de Brasília (JN, 2019), primeira resposta de estudantes de graduação e docentes veio ainda no mesmo mês: o tsunami da educação tomou as ruas de todo o país.

Entre 2020 e 2021, o mundo viveu uma pandemia da COVID-19, ou seja, um alastramento internacional de uma doença fatal que foi considerada “gripezinha” pelo negacionista ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse foi um episódio que, no Brasil e no mundo, testou e demonstrou importância da ciência e da pesquisa científica, porque as mesmas foram determinantes para estudar os efeitos da doença na população tal qual pesquisar possíveis vacinas e medicamentos para prevenção e contenção dos sintomas. Foram afetados pelos cortes a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Conselho Nacional de Pesquisa, órgãos financiadores de pesquisas, com repercussões em outras políticas internas das instituições (participação em eventos, bolsas de pós-graduação e de pesquisa, redução do corpo técnico e docente) (ARAUJO; MACEDO; 2022) A Portaria 34, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de Março, alterava os critérios de distribuição das bolsas, modificando as condições do financiamento das bolsas de

pesquisa à existência de orçamento, reorganizando a educação a partir da proposta de realizar cortes orçamentários.

PORTARIA No 34, DE 9 DE MARÇO DE 2020

(...)

Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES.

Art. 1o Esta Portaria estabelece as condições para o fomento a cursos de pós- graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) da CAPES.

Art. 2o O fomento de que trata esta Portaria atenderá as diferenças estruturais entre os cursos de pós-graduação stricto sensu realizados nas modalidades acadêmica e profissional, ofertados presencialmente ou a distância, por instituições de ensino superior devidamente credenciadas, nos termos da legislação vigente.

Art. 3o A definição de valores, critérios e prioridades para o fomento aos cursos de que trata esta Portaria condicionar-se-á à existência de disponibilidade orçamentária e dar- se-á fundamentadamente, mediante juízo de oportunidade e conveniência da Administração. (CAPES, 2020)

O corte das bolsas de pesquisa gerou mobilização não apenas de estudantes, mas sobretudo de pesquisadores. Foram diversos cortes orçamentários ao Ensino Superior, à pesquisa científica e inclusive, à educação de base durante o Governo em questão, e não cabe aqui entrar em cada um, mas cada um deles fortaleceu a oposição e fomentou indignação, sobretudo entre os estudantes e cientistas.

Em 2021, Bolsonaro e seus chefes de Estado eram eleitos pelos estudantes inimigos da educação, e paralelamente entidades sindicais, centros acadêmicos e diretórios centrais de estudantes produziam suas próprias pesquisas e análises sobre o balanço geral do governo que mais prejudicou a educação superior pública. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em pesquisa, notou que o orçamento discricionário para 2021 teve corte de pelo menos 1 bilhão na Lei Orçamentária Anual e que o orçamento destinado às Universidades Federais é 18,16% menor que o do ano anterior (PUENTE, 2021).

A quantia destinada às universidades pela verba discricionária garantia pagamento de despesas como água, luz, limpeza e manutenção da infraestrutura, e a redução do orçamento para esse tipo de recurso colocou em situação de insustentabilidade as UFs brasileiras. Neste mesmo ano, era possível encontrar manchetes de jornal prevendo apagão de Universidades por falta de verba para pagar as contas.

Já em 2022, último ano de Governo Bolsonaro, o G1 resume:

Em resumo, há três marcos negativos na gestão do Orçamento da educação no ano:

(...)

Junho: corte de R\$ 1,6 bilhão no MEC; para universidades e institutos federais, o valor retirado foi de R\$ 438 milhões;

Outubro: bloqueio temporário de R\$ 328,5 milhões para universidades e institutos; verba foi liberada posteriormente;

Novembro: bloqueio atual, que chega a R\$ 366 milhões considerando verba bloqueada para universidades e institutos federais; não há previsão de liberação (SANTOS, 2022).

A esses cortes e bloqueios, parte o MEC inclusive voltou atrás, tamanhas e tantas foram as manifestações estudantis nesse período. O tsunami da educação, movimento de luta na rua organizado pela juventude estudantil iniciado em 2019, se levantou firmemente a cada nova medida de austeridade: ora um bloqueio de verba, ora uma redução orçamentária, ora um projeto de lei conservador e moralista.

Figura 1 - Manifestação estudantil contra os cortes em 2021



Fonte: Autora, 2021

Figura 2 - Manifestação Estudantil Contra Os Cortes Em 2021



Fonte: Autora, 2021

As contradições não foram poucas, mas vale ressaltar que enquanto os cortes orçamentários eram feitos às bolsas de pesquisas e Universidades, o Governo fomentou a construção de dezenas de escolas cívico-militares por todo o país e ampliou as desonerações fiscais de ricos, e das igrejas. Tampouco as medidas de desinvestimento estratégico na educação pública, nem os fortalecimentos de investimentos foram por acaso, ou por despreparo: o projeto de Bolsonaro sempre foi privatizar o que fosse possível, tornar mínima a participação do Estado e aprofundar a filantropização do mesmo, para criar uma educação para a moral e restrita a quem pode pagar por ela.

Sua não reeleição foi um marco histórico e uma vitória também dos setores da educação, uma vez que ele foi o primeiro presidente candidato à reeleição e não reeleito na jovem democracia brasileira. No orçamento de 2023, planejado durante a transição entre Bolsonaro e Lula, foi possível perceber o impacto dos 4 anos de destruição da educação descrita no presente capítulo.

3.2.3 Programa Escola Cívico-Militar: ainda no primeiro ano de Governo

Entre os setores de sustentação de Bolsonaro no poder, estavam justamente o Exército e os militares, representados em diversos Ministérios e outros cargos de confiança do Governo. Jair Bolsonaro também teve uma trajetória no exército, e um de seus delírios estava justamente em reforçar o poder militar no país, enraizá-lo na base da educação e fortalecer o sentimento de patriotismo. Em todas as suas aparições, o nacionalismo era elemento fundamental de construção de posição e fala.

Portanto, na lista de prioridades de Jair Messias Bolsonaro estava o fortalecimento da intervenção das forças armadas na educação, com o intuito de alimentar o patriotismo, nacionalismo e ideologização anticrítica, e isso foi expresso principalmente no Programa de Escolas Cívico-Militares.

Abaixo, o trecho extraído do Decreto nº 10.004, de 5 de Setembro de 2019, então revogado:

(...) Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Escolas Cívico-Militares - Ecim - escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais, que aderirem ao Pecim;

II - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim - conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento das Ecim a partir de modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa;

III - fomento - apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais que desejarem implementar o modelo das Ecim;

IV - fortalecimento - apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares que já adotem modelo de gestão com colaboração civil/militar, com o objetivo de padronizá-lo ao modelo adotado para as Ecim;

V - gestão de processos educacionais - promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula;

VI - gestão de processos didático-pedagógicos - promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes;

VII - gestão de processos administrativos - promoção de atividades com vistas à otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar(...). (BRASIL, 2019).

O governo fez uma lei que não apenas instituiu as escolas cívico-militares, como também permitia às escolas regulares se tornarem militarizadas (seja municipal, estadual ou federal), além de instituir apoio técnico e financeiro aos dirigentes que tornassem suas escolas cívico-militares, como estímulo à tal prática. Além do projeto de lei, houveram episódios de falas públicas de Bolsonaro requisitando que os estudantes cantassem o hino na escola, foi estimulado a gravação de vídeos de crianças fazendo tal gesto e aumentou a polêmica sobre nacionalismo e educação.

Tal medida foi aprovada e também já foi revogada, através do decreto 11.611, DE 19 DE JULHO DE 2023, promovido com prioridade pelo Governo Lula Inácio da Silva, eleito após a não-reeleição de Bolsonaro em 2022.

3.2.4 Um novo tipo de escola: para poucos e neutra

O Governo entre 2019 e 2023 foi braço de ferro na construção de programas e iniciativas que transformaram o caráter da escola e da educação superior: defendeu o programa Escola Sem Partido, realizado pelo seu antecessor Michel Temer, pautou um projeto que visava retirar as crianças com deficiência das escolas estaduais públicas e foi responsável por diversas turbulências no Exame Nacional

do Ensino Médio (ENEM), meio pelo qual milhares de jovens ingressam no ensino superior.

Bolsonaro agitou uma mudança estrutural da escola para impor uma visão única sobre moral e sociedade, aqui mais em narrativa que em prática política, que foi a instauração do projeto Escola Sem Partido. O Projeto de Lei Nº 867, de 2015 foi parte fundamental de seus discursos antes da eleição, entretanto, havia sido barrado pela justiça por sua inconsistência. Essa foi uma tentativa de impedir com que os diferentes tipos de religião, pensamento e família fossem considerados “normais”, limitando a escola a poucos. Segue trechos do projeto que queria retomar e dar sequência Bolsonaro:

Art.1o. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do "Programa Escola sem Partido".

Art. 2o. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;

III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;

IV - liberdade de crença;

V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;

VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Art. 3o. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1o. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

§ 2o. Para os fins do disposto no § 1o deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Art. 4o. No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (BRASIL, 2015).

A agitação política desse projeto teve cunho estritamente eleitoral, porque ainda que parecesse prioridade na campanha, ao longo do Governo, o próprio movimento do Escola Sem Partido sentiu o abandono do presidente das suas pautas. O contrário aconteceu com a terceira e última medida para restringir a escola aos poucos, como chegou a afirmar Milton Ribeiro, quarto ministro da educação do Governo.

Além dessa mudança na escola, mas também no mesmo sentido, Bolsonaro propôs a segregação de estudantes com deficiência de estudantes sem deficiência na escola, sob a acusação de que há estudantes que atrapalham o andamento das disciplinas. O Decreto Nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020, já revogado, versa em seus primeiros artigos o seguinte:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

III - política educacional equitativa - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade;

IV - política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovam a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo;

V - política de educação com aprendizado ao longo da vida - conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do educando, com a

percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto;

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade;

VIII - escolas bilíngues de surdos - instituições de ensino da rede regular nas quais a comunicação, a instrução, a interação e o ensino são realizados em Libras como primeira língua e em língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, destinadas a educandos surdos, que optam pelo uso da Libras, com deficiência auditiva, surdocegos, surdos com outras deficiências associadas e surdos com altas habilidades ou superdotação;

IX - classes bilíngues de surdos - classes com enturmação de educandos surdos, com deficiência auditiva e surdocegos, que optam pelo uso da Libras, organizadas em escolas regulares inclusivas, em que a Libras é reconhecida como primeira língua e utilizada como língua de comunicação, interação, instrução e ensino, em todo o processo educativo, e a língua portuguesa na modalidade escrita é ensinada como segunda língua;

X - escolas regulares inclusivas - instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos;

e
XI - planos de desenvolvimento individual e escolar - instrumentos de planejamento e de organização de ações, cuja elaboração, acompanhamento e avaliação envolvam a escola, a família, os profissionais do serviço de atendimento educacional especializado, e que possam contar com outros profissionais que atendam educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2020).

Em posições públicas, o Ministro Milton Ribeiro afirmou que há crianças com um grau de deficiência que tornam impossível a convivência (ALVES, 2021), para justificar uma posição retrógrada e segregacionista, reforçando a ideia da construção de escolas especializadas e também a concepção de que a educação é para poucos.

Para terminar de fechar o cerco da educação pública para toda a sociedade, está a lista de polêmicas em que se envolveu Bolsonaro no que tange a seus questionamentos ao Inep e à prova do ENEM, por ser muito esquerdista e ideológico, segundo Jair Bolsonaro.

No primeiro ano de Governo, Bolsonaro pediu para revisar a prova, através de uma Comissão, para filtrar as ideologias presentes na prova, e no segundo ano as questões sobre ditadura militar, bastante comuns de serem parte da prova, não

apareceram em nenhuma versão. Além dos escândalos sobre conteúdo, também chegou a ser proposto o ENEM digital, que faria com que o número de inscrições fosse ainda menor com relação ao que havia sido nos anos da pandemia e na sequência da mesma.

Esse tipo de intervenção ideológica em um exame de nível nacional, após anos da conquista das cotas raciais e sociais que permitiram que diversos estudantes de escolas públicas, além de pretos, pardos e indígenas pudessem ser os primeiros de suas famílias a ingressar na Universidade Pública, gerou indignação nos estudantes que fizeram dos dias de prova dias de luta, ao perceberem que teriam desvantagens com os métodos online e com o filtro político para escolha de conteúdo.

3.2.5 Pandemia, negacionismo e preconceito

Neste capítulo, em um cenário ideal, abriríamos uma discussão apenas sobre a política educacional de Bolsonaro e seu Governo. Entretanto, e como dito no início do trabalho, existe uma dimensão educacional da política, e o discurso é parte fundamental dela.

Há um estudo de 2018 sobre a construção da imagem pública de Jair Bolsonaro, ainda como deputado, em pautas políticas associadas a ele em 30 anos de matérias jornalísticas. (NASCIMENTO, et al., 2018). Segundo esse estudo, o então deputado vinha construindo um perfil político baseado em aparições midiáticas contra direitos humanos, permeadas de preconceito contra as LGBT, as mulheres, anti-povos e comunidades tradicionais, com apologia à tortura e uso da violência, com apologia à pena de morte, a ditadura e Golpe Militar, entre outras. (NASCIMENTO et al, 2018)

Durante seus anos como Presidente, Bolsonaro não apenas manteve esses discursos e narrativas como aprofundou seu discurso de ódio contra as minorias sociais, contra a democracia, e contra inclusive a ciência, que foi muito pauta de seus anos de Governo por conta da pandemia da COVID-19 e a necessidade de refletir saídas à crise que se colocava. Com Olavo de Carvalho como base teórica de sua filosofia, Bolsonaro foi o pior exemplo de educação no país. Um outro estudo, sobre a página do Facebook Bolsonaro Zuero 3.0 (RIBEIRO, 2016), buscou entender o papel das redes sociais na dinâmica da opinião pública, e concluiu que

as páginas de redes sociais colaboram com a construção de imagem política de Bolsonaro que ajuda a identificação de diversas pessoas com essas ideias.

Outro marco importante do Governo Bolsonaro foram as *fake-news*, e a forma como se utilizava o presidente em suas redes sociais dos conceitos de verdade e mentira (VISCARDI, 2020). Bolsonaro se utilizou da mobilização de afetos (LACLAU, 2005) a partir do populismo raivoso, importado das práticas também utilizadas por Trump (WAHL-JORGENSEN, 2018), para espelhar as insatisfações de seus interlocutores.

Assim, mobilizando afetos de seu eleitorado e da própria sociedade, para além da educação formal, ao longo dos anos 2018 e 2022, tanto Bolsonaro como seus ministros foram um elemento decisivo na formação de opinião pública e compreensão do mundo. A partir da raiva, principalmente, Bolsonaro fortaleceu a identificação com o povo, enquadrando verdades e mentiras a partir do que lhe interessa politicamente (VISCARDI, 2020). Bolsonaro ensinou muito ao povo: reforçou os preconceitos, discursos de ódio e a negação da ciência já presentes em um setor da sociedade.

Durante a pandemia, os discursos e narrativas presidenciais foram uma vergonha para toda a população: desacreditando da ciência e dos impactos da pandemia, Bolsonaro chegou a dizer que a COVID-19 era uma gripezinha, e que ao tomar vacina, poderiam as pessoas virarem jacarés. Na condição de presidente, esse quadro da política brasileira recusou a adesão à vacina até o último minuto, e se negou a mostrar comprovante vacinal até mesmo em viagem internacional. Afirmou que a economia não podia esperar, e foi contra o isolamento social, convencendo diversos de brasileiros que se identificavam com seu perfil político de não se vacinarem.

A deseducação de Bolsonaro foi parte significativa da construção de narrativa e formação social e de opinião na sociedade brasileira, junto de seu programa para a educação. Como pudemos ver no primeiro capítulo, entre as propostas mais polêmicas estavam Educação Moral e Cívica no ensino médio, excludente de ilicitude para os policiais que matam, parar a demarcação de terras indígenas, a privatização de empresas estatais, “rasgar o ECA”, redução da maioria penal, a redução das cotas nas universidades e concursos, *homeschooling* (a liberação para ensino em casa) e a criação de colégios militares (BOLSONARO, 2018) Isso tudo é, não apenas parte do programa político de Bolsonaro, mas sobretudo, de visões

individuais do mesmo, o que também serve de exemplo e por si só, contém caráter educativo para a sociedade brasileira - ou ainda, deseducativo.

4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: A PASTA DOS HORRORES

O presente capítulo tem por intuito analisar a atuação do Ministério da Educação no Governo Bolsonaro, o desenvolvimento dos trabalhos da pasta da educação e as medidas adotadas. Foram muitas as indicações para o cargo, e portanto o presente capítulo avalia como se desenvolveu a pasta do Governo responsável pela Educação no Brasil a partir de três principais aspectos: os critérios de escolha dos Ministros pelo presidente, suas respectivas biografias e principais posições e medidas.

Antes de seguir a discussão, é preciso definir o que é o Ministério da Educação e qual seu papel diante do Estado, tanto quanto para o desenvolvimento de Políticas Públicas no país. O Estado Brasileiro se divide em 3 poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário. Cada qual, de acordo com a Constituição, com uma responsabilidade no que tange a cumprir para a garantia da Gestão Pública, e pela teoria, devem atuar em harmonia. No presente trabalho, nos responsabilizamos apenas por discutir como operou o poder Executivo durante os anos de 2019 a 2023.

Segundo a Constituição de 1988, em seu artigo 76 “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.” (BRASIL, 1988). Ou seja, o Poder Executivo não se limita apenas ao presidente da República, mas fundamentalmente também sobre quem é nomeado para auxiliar com determinadas áreas da esfera pública.

Em se tratando de um estudo sobre a educação, vale definir, segundo a constituição, qual função cumpre o Ministério da Educação. Segundo a história do MEC (2018):

O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:
I - política nacional de educação;
II - educação infantil;
III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
V - pesquisa e extensão universitária;
VI - magistério; e
VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.(...)

Assim sendo, a presente seção se destina a analisar como Bolsonaro, na condição de presidente, selecionou seus Ministros da Educação, sob quais critérios, qual a trajetória de cada um deles e quais foram seus principais feitos à frente da pasta da educação.

Na prática, o Ministério da Educação em si tem menos autonomia para pautar como um apêndice do Governo, a política educacional. Do contrário, inclusive, a aprovação da LDB de 1961 (MEC, 1961) ampliou a autonomia dos órgãos estaduais e municipais e reduziu a centralização do MEC.

Ainda assim, foi um dos Ministérios que na gestão Bolsonaro teve mais movimentações, sendo inclusive alvo de muita pesquisa científica no último período. A rotatividade de protagonistas no MEC durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro é expressão da improvisação, procrastinação e inoperância (SAVIANI, 2021), além da incapacidade administrativa do governo. Tal qual a gestão pública, o MEC foi marcado pela instabilidade, e por crises de grande porte (TORRES, 2020).

Para essa pasta, Bolsonaro teve como prioridades o gerenciamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, a aproximação da extrema-direita (TORRES, 2020), não à toa o combate à Bolsonaro por parte de diversas Universidades começou muito antes da eleição, na luta para defender sua própria existência. A agenda de Bolsonaro para a Educação sempre foi combinar “ajustes neoliberais com traços neofascistas” (TORRES, 2020), tendo como principais aproximações as alas empresarial, religiosa e olavista e militar-tecnocrática, enfatizando aqui que não só Bolsonaro, como toda a sua família sempre representaram um núcleo duro de olavistas, ou seja, figuras que se apoiam nas ideias de Olavo de Carvalho, escritor brasileiro conservador.

Bolsonaro escalou um time sem embasamentos em diagnóstico da educação ou até mesmo em pesquisas acadêmicas, entidades e sindicatos nacionais (TORRES, 2020), por outro lado, são aqueles que representam plenamente os interesses dos grupos nos quais se apoia o presidente. Um exemplo de tal afirmação é a nomeação de Carlos Decotelli para o Ministério da Educação e Cultura, professor e economista que nunca chega a assumir o cargo por ter falsificado currículo acadêmico, entretanto, tem uma trajetória com finanças e gestão.

Desde eleito, o presidente prometeu e entregou indicações de ministros terrivelmente conservadores e cristãos, ou ainda economistas, como Weintraub, que se demonstraram sem nenhum preparo para gerenciar a educação do país, cujo

único propósito era reduzir o orçamento da educação, e que desacreditaram publicamente, seriadas vezes, de intelectuais da educação, como Paulo Freire e tantos outros.

O projeto que construiu o Governo não só não apresenta novidades como está inserido em uma determinada lógica e forma de conceber a educação, que é justamente um tipo de educação neoliberal, para a empregabilidade, para o empreendedorismo, mercantilizada, focalizada, sustentada por parcerias como decorrência do modelo de Estado mínimo neoliberal, que se capilariza em todas as estruturas do mesmo e dissemina o utilitarismo e a precarização como essência.

Por isso, essa concepção de educação pautada pelo conservadorismo ideológico e pela lógica neoliberal, distante das comprovações da ciência e do princípio da universalidade educacional, avançou na construção de uma educação para e pelo mercado e se desdobrou em mandatos do MEC, no plural, quase que provisórios, acompanhadas de uma sequência de medidas austeras e cortes descabidos ao orçamento das Universidades públicas e escolas de todo o país, através de Medidas provisórias e Projetos de Lei (PLs). A convergência de uma quantidade significativa das medidas está no seu sentido: o de esvaziar de conteúdo crítico a educação, e tornando a entender a educação como feita para poucos, como muitas vezes foi colocada por seus ministros, que foram parte de diversos cortes de investimentos na educação.

Os nomeados para a pasta de educação do Governo como Ministros foram cinco, porém, apenas quatro chegaram a comandar a pasta. Com alta rotatividade do Ministério, cada qual com seu motivo, quatro dos cinco ministros encerraram precocemente suas trajetórias no MEC. Consecutivamente, Ricardo Vélez Rodriguez (1 de Janeiro de 2019 - 8 de Abril de 2019, quatro meses), Abraham Weintraub (9 de Abril de 2019 - 19 de Junho de 2020, um ano e dois meses), Carlos Decotelli (indicado em 25 de Junho de 2020 e renunciou o posto em 5 dias, não chegando nunca a assumir o cargo), Milton Ribeiro (16 de Julho de 2020 - 2 de Março de 2022, quase dois anos) e Victor Godoy (29 de Março - fim do Governo) passaram pelo MEC durante um período de muito esvaziamento da educação, e deixaram seu trabalho, seja a mando do governo, seja por pressão popular, ou por vontade própria. Brevemente, apresentaremos cada um deles e os principais marcos de suas passagens pelo MEC.

Vale dizer que, somadas as medidas aprovadas pelo Governo e a trajetória do MEC no país, o levante estudantil e de professores no período, que tomaram as ruas como ferramenta para disputar o sentido da educação fez da educação um território de disputa política entre os grupos que ocupavam o poder e os sujeitos da educação.

4.1 RICARDO VÉLEZ RODRIGUEZ, O MINISTRO DOS 100 DIAS

Segundo sua biografia oficial registrada no MEC, Ricardo Vélez, nomeado ministro da Educação e Cultura por Bolsonaro no início de seu mandato, era colombiano e naturalizado brasileiro, pertencia à ala militar do Governo, e tinha um currículo profissional e acadêmico vasto, um dos ministros da educação com mais experiência na área. Professor de filosofia formado na Colômbia, já havia atuado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), instituição que atuava na conformação de oficiais de alta patente. (MEC, 2019)

Assumiu o MEC com a promessa de combater o marxismo cultural, tendo sido indicado para o cargo pelo escritor Olavo de Carvalho. Em sua posse, fez uma fala onde afirmou que combateria "(...) o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo." (D'AGOSTINO; RESENDE, 2019, online)

Vélez foi escolhido a dedo pelo Governo, com vistas a agradar simultaneamente a ala conservadora de extrema-direita com quem dialogava com Bolsonaro, e também a ala militar que faz parte organicamente. Defendia um projeto de educação fortemente ideológico, com foco no combate à construção de políticas sobre direitos humanos, e no sentido de converter a educação em um antro de fortalecimento do militarismo no país.

Sua gestão como Ministro foi responsável por combater ideologicamente as instituições de Ensino, sobretudo as Universidades e fortalecer as iniciativas cívico-militares na pasta da educação (TORRES, 2020).

Entre as ações do mandato de Vélez, estão inclusive suas principais polêmicas que levaram à sua substituição por Abraham Weintraub. Nos dois eixos

supracitados, cabe apontar quais foram suas principais medidas à frente do Ministério da Educação.

4.1.1 Medidas voltadas à militarização da educação

Foi no Mandato de Vélz que foi defendido primeiro o desmantelamento da Educação Básica e a Militarização das escolas, que unissem “disciplina” e um bom desempenho escolar, e para tal foi criado na estrutura do MEC uma subsecretaria para fomentar as escolas cívico-militares. (TORRES, 2020). Não bastasse essa proposta, Ricardo Vélz, propôs retomar o ensino de Moral e Civismo (abolido no período pós ditadura), aliado à retomada da obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional nas escolas, em fileiras (TORRES, 2020).

Essa última medida inclusive envolveu o estímulo à gravar os estudantes realizando tal manifestação patriótica e lendo a carta de Bolsonaro dizendo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Acerca disso, particularmente, o Ministro teve que inclusive recuar. Vélz não hesitou em usar seu mandato para exaltar a ditadura militar e restringir a democratização e a democracia interna às escolas através da aproximação da educação e do militarismo.

4.1.2 Medidas voltadas ao combate ideológico

Um dos primeiros tópicos que tocou Vélz ao assumir o MEC foi sobre a doutrinação ideológica que ocorre nas escolas, tal qual o “marxismo cultural nas escolas e universidades” (TORRES, 2020), o que desdobrou na tentativa de retomada do Programa Escola Sem Partido, que visava limitar a liberdade de ensino e combater a ideologia de gênero (TORRES, 2020), além de propor criar uma comissão para investigar os temas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para evitar que façam abordagens ideológicas ou de esquerda.

Entre Janeiro e Março, Vélz também promoveu uma medida de revisão dos livros didáticos para inserir fake news e retirar fontes científicas, aprofundando a desestruturação do ensino. Por último, mas não menos importante, ainda em fevereiro de 2019, Vélz junto de outros ministros assinam um protocolo para investigar possíveis corrupções no MEC em gestões anteriores, a partir da “Lava-Jato da Educação”, fortalecendo o combate público à educação pública.

Além dos ataques às três instituições mencionadas, o ministro Sérgio Moro e o então ministro da Educação, Vêlez Rodrigues, assinaram um protocolo para iniciar a Operação Lava-Jato na educação, que visava desmoralizar o sistema de educação federal do país e impor uma luta ideológica, promovendo investidas autoritárias e espetáculos com a polícia federal em reitorias, departamentos e programas em universidades e Institutos Federais. (TORRES, 2020)

A comemoração, entretanto, de 100 dias do Governo Bolsonaro foi a demissão de Ricardo Vêlez, após o mesmo anunciar que pretendia revisar livros didáticos para corrigir Golpe de 64 por Revolução de 64, no que tange à discussão sobre a ditadura militar.

O pano de fundo da demissão de Vêlez, representante do Exército do Governo e proponente de práticas nada inovadoras da perspectiva do militarismo e mesmo da história do Brasil e do mundo, foi justamente uma disputa política entre os setores religiosos e militares do Governo, mas o que leva a sua substituição concretamente é seu desgaste após tantas polêmicas com os setores estudantis e de professores em tão pouco tempo de mandato, apenas 100 dias.

4.2 ABRAHAM WEINTRAUB, O MINISTRO DA BALBÚRDIA E DAS BALAS DE CHOCOLATE

Após a demissão de Vêlez, assumiu o MEC Abraham Weintraub, economista e aluno direto de Olavo de Carvalho, e que foi um dos ministros mais barulhentos do Governo, ocupou as manchetes de jornais e as redes sociais por representar a ala mais radical e de extrema-direita do Governo. Não à toa, foi linha de frente para atacar publicamente a esquerda, à imprensa, e até mesmo ao PT - partido que Bolsonaro e sua cúpula vê como “comunista” e imoral. Weintraub nunca lidou com política educacional, até a indicação ao cargo de Ministro da educação, tendo passado boa parte da vida na gestão de bancos.

Seu mandato é um dos mais lembrados pelos setores da educação brasileira, e não de forma positiva. Weintraub protagonizou sobretudo uma retirada de orçamento da educação em todas as possíveis direções, além de descredibilizar a Educação Superior em discursos irrestritamente.

Em uma de suas aparições públicas, Weintraub afirma que aplicaria primeiro um contingenciamento às universidades que não apresentassem o desempenho

acadêmico esperado e promovessem “balbúrdia”. Acabou tentando explicar esses cortes em um vídeo com chocolates e se confundiu com os valores.

Mantendo sua posição política na ala mais conservadora e preconceituosa do Governo, e na vanguarda do capacitismo, revogou a portaria sobre inclusão das pessoas com deficiência na pós-graduação, e bagunçou o ENEM, muito utilizado inclusive para a aprovação no vestibular de centenas de jovens que almejam ingressar no ensino superior, seja público, seja privado.

Mas tiveram marcos mais graves de sua passagem pelo MEC, momento político esse inclusive que deu origem à ideia da construção do presente trabalho. São dois aspectos fundamentais sobre a passagem de Weintraub pelo MEC, que são: as medidas de redução de orçamento, a partir de uma visão econômica totalmente neoliberal, e as aparições conservadoras e moralistas.

4.2.1 Medidas de redução de orçamento

No eixo orçamentário, Weintraub tem diversas proposições. Ele foi o ministro da redução de gastos, ainda em 18 de Abril suspendeu bolsas de pesquisas CNPQ de um edital que já havia aprovado projetos de pesquisa. No mesmo mês, propôs um corte orçamentário de 2 bilhões sobre as despesas discricionárias das Universidades e Institutos Federais (IFs). Mais adiante, suspende bolsas CAPES, além de ter proposto um projeto chamado “Future-se”, a partir do projeto de lei PL 3076/2020, para mudar o financiamento das Universidades, apostando no apoio da iniciativa privada, e direcionando a formação acadêmica diretamente para as fileiras da produção capitalista, sendo a principal resposta de Weintraub às críticas do gasto da União com as federais. Sob as justificativas de inovação, tal projeto visava colocar à educação à serviço do mercado e vice-versa.

4.2.2 Medidas e falas conservadoras e moralistas

Quanto ao eixo moralista, foi o ministro que ficou mais conhecido pelo ódio à juventude universitária, fazendo uma boa dupla com Bolsonaro como inimigo número dois da educação. Ainda antes de Abraham deixar o cargo, desrespeitou a lista tríplice de consultas para reitores, intervindo e reverenciando reitores interventores, criticou os cursos de humanidades, e acusou as universidades de

fazerem “balbúrdia” e terem “plantações de maconha”. Foi a expressão do bolsonarismo no MEC, mas não passou despercebido.

A resposta política à passagem de Weintraub no Ministério da Educação foram dezenas de mobilizações estudantis, sobretudo nos dias 15 e 30 de Maio do ano de 2019, que ficaram conhecidas como Tsunami da Educação. Weintraub, após dois meses de mandato, renunciou em 18 de junho de 2020, nos primeiros meses ainda de pandemia.

4.3 CARLOS ALBERTO DECOTELLI, O MINISTRO QUE NUNCA CHEGA A ASSUMIR A PASTA

É possível perceber que, após Weintraub e o ascenso das lutas estudantis, Bolsonaro reage nomeando uma indicação dos militares mais moderados. Carlos Alberto Decotelli, oficial da Reserva Marinha, também economista, renunciou depois de cinco dias de sua indicação, nunca chegando a assumir os trabalhos da pasta. Com o Brasil todo de olho no Ministério mais movimentado do Governo, o presidente nomeou ao cargo um professor brasileiro, que adulterou seu currículo Lattes para se tornar figura pública. São pelo menos cinco polêmicas sobre sua formação acadêmica públicas, entre elas, uma declaração de título de doutorado não obtido na Argentina, denúncia de plágio na dissertação de mestrado da FGV, pós-doc na Alemanha não realizado, apoio de empresa no pós-doutorado não obtido, vínculo como professor da FGV (é colaborador, na realidade).

Antes de sua renúncia, se previam desafios para sua gestão, como a aprovação do Fundeb, a realização do ENEM depois dos desgastes com Weintraub, e a implantação da BNCC. Sua posse foi adiada em alguns dias, mas Decotelli acabou por renunciar em 30 de Junho de 2020, após o desgaste de sua imagem e do próprio grupo militar que o havia indicado, não tendo nenhuma atuação como Ministro da Educação.

4.4 MILTON RIBEIRO, PROFUNDAMENTE CATÓLICO E CORRUPTO

O quarto ministro da Educação de Bolsonaro ficou quase dois anos em seu cargo, de julho de 2020 a março de 2022, quando pediu exoneração após ser citado em denúncias em um esquema de corrupção envolvendo o MEC. É pastor, advogado e esteve na gestão da Universidade Mackenzie, em São Paulo, e começou seu cargo no Ministério com o desafio de encarar a pandemia e pensar a educação à luz disso, sendo anunciado publicamente por meio de uma rede social de Jair Bolsonaro.

Milton Ribeiro é pastor da Igreja Católica, foi membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, graduado em teologia, doutor em educação e mestre em direito constitucional na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde já foi vice-reitor. Quando Bolsonaro nomeou Milton Ribeiro, também foram nomeados por Weintraub diversos conselheiros para o Conselho Nacional da Educação, CNE, sendo todos eles adeptos da ala ideológica, e a maior parte deles do movimento Escola Sem Partido.

Nomeado Ministro pelo seu “apreço à família e aos valores”, no eixo da moral e dos costumes teve falas homofóbicas durante seu mandato do Ministério, chamando sexualidade de “opção” e “homossexualismo”, e que a sexualidade é consequência da “família desajustada” (CATANHÊDE; CAFARDO; SOARES, 2020)

O quarto nomeado e terceiro Ministro de Bolsonaro ao MEC foi mais silencioso que os ministros anteriores, teve um mandato marcado principalmente pela redução de orçamento, fortalecimento do discurso ideológico e ingerência da educação frente à pandemia. Ribeiro eximiu, sempre que possível, o Governo da responsabilidade pelos estados e municípios e teve como principal medida o programa para destinar Dinheiro Direto na Escolas, programa do MEC sob sua gestão que, comparado com outros investimentos do mesmo Governo Bolsonaro, foi o menor desde 2015 (só perdendo para o primeiro ano do Governo, 2019).

Como agenda principal de Milton Ribeiro estava a liberação do ensino domiciliar, *homeschooling*, citado anteriormente, agora justificado pela pandemia, além da manutenção das bandeiras conservadoras firmes e pouca movimentação na pasta, correspondendo perfeitamente ao projeto de Bolsonaro, que nunca foi ter na educação prioridade.

Fato é que Ribeiro não apenas não ficou conhecido pelas suas grandes movimentações na pasta, mas o ficou principalmente pelos discursos negacionistas e preconceituosos, dignos da extrema direita conservadora, e pela contradição que coloca ao Governo: enquanto Ricardo Vélez queria fazer a Lava Jato do MEC, Milton Ribeiro deixou o MEC indiciado por corrupção.

Em março de 2022, a PF recebe denúncias de ilegalidades envolvendo corrupção na pasta da Educação, a partir de áudios obtidos pela imprensa brasileira, onde o ministro Milton Ribeiro, junto dos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos, cada qual em um estado, demonstra estar envolvido em um esquema chamado de “Bolsolão do MEC”, de favorecimento de algumas cidades para benefício de tais pastores, a partir de um pedido de Bolsonaro.

O Ministro deixou o cargo em 28 de Março, 3 meses antes de ser levado para a prisão, com um dos mandatos mais longos no Ministério da Educação. Milton Ribeiro não desapareceu das manchetes dos jornais até o final do Governo Bolsonaro, sendo citado em diversas delações premiadas, e sendo atacado por apoiadores de Bolsonaro depois que resolveu denunciar outros esquemas do Governo.

Em 22 de Junho de 2022, Milton Ribeiro foi preso em uma operação da Polícia Federal - e também solto posteriormente. O mesmo Governo que buscou responsabilizar o governo do Partido dos Trabalhadores pela corrupção na pasta de educação, protagonizou um grande escândalo envolvendo religiosos e ministros para desviar verba da educação, sendo possível concluir que ainda que pregasse o moralismo religioso, o governo Bolsonaro e seus aliados não seguiam o que pregavam, e tampouco tinham uma postura ética e comprometido com o povo.

4.5 VICTOR GODOY VEIGA, O ÚLTIMO DOS MINISTROS

O quinto indicado ao Ministério ainda sob Governo Bolsonaro, teve mandato de pouco menos de um ano, é um auditor e veio como indicação de nome técnico por parte do Governo, que tentou, ao final do mandato, evitar polêmicas. Entretanto, teve de começar sua chefia do MEC pedindo a suspensão de todos os repasses da pasta que estavam sendo investigados.

Assume o cargo com o ônus dos últimos anos de falta de gestão, conduzida pela moral religiosa e conservadora, corrupção, cortes orçamentários, e forte

presença do exército nos assuntos educacionais do país. Por outro lado, sua indicação é consequência de uma mudança de orientação política do Governo, na tentativa de reduzir danos após uma linhagem de ministros polêmicos no MEC.

Nomeado para ocupar o Ministério da Educação interinamente, Victor Godoy Veiga é ex-secretário executivo do MEC desde Julho de 2020, onde estava na mesma gestão que o próprio Milton Ribeiro, recém afastado do cargo. Veiga é formado em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados pela UNB. Ele foi, de todos Ministros, o menos falado, e o mais silencioso. Também, foi o que menos teve condições de se provar, depois da sequência de turbulências supracitadas em um mesmo Ministério.

A indicação de Veiga vem como tentativa de manter a orientação neoliberal orientando a pasta, com um recuo ideológico. Por isso, ainda nesse último mandato do MEC durante o Governo Bolsonaro contou com cortes orçamentários nos valores de R\$ 2,4 bilhões para universidades e Institutos Federais, afetando principalmente a oferta de bolsas de estudo e o funcionamento das instituições (SANTOS, 2023), já bastante fragilizadas pela sequência de cortes ao longo dos anos anteriores.

Pode-se concluir que o principal marco econômico do Ministério da Educação sob tutela de Bolsonaro foi a escalada de economistas e representantes da burguesia para permitir a entrada do financiamento privado na rede pública e, progressivamente, aplicar cortes orçamentários. Mas fundamentalmente, o marco político da pasta da Educação não é a crise, mas sim um projeto de desmonte e não-priorização.

Em síntese, foram pilares de desenvolvimento da política do MEC, respectivamente: o combate ideológico e negação da ciência, o avanço do militarismo na educação, o corte de investimentos e orçamento de pesquisa, ingerência, privatização e corrupção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado em duas partes fundamentais, analisando em primeiro momento as intenções do Governo Bolsonaro a frente do Estado junto das principais medidas realizadas para a educação e em um segundo momento, investigando mais profundamente a pasta da educação e as trajetórias dos Ministros selecionados para ocupar tal função é possível concluir que os principais marcos do ensino no Brasil entre 2019 e 2023 foram o avanço das privatizações e o cerceamento ideológico na educação.

Mais profundamente, é possível concluir que o projeto da educação entre tais anos foi o de inoperância, procrastinação, ideologização e moralismo, sucateamento, redução orçamentária e descrédito público, tanto nos órgãos que gerenciam a educação, como nas próprias instituições de ensino, a partir de uma política de Governo de Bolsonaro e seus chefes de Estado.

Primeiramente, conclui-se que o descrédito da educação formal foi consequência de ser o Governo Bolsonaro aquele que menos apresentou capacidade de manter seu indicado para o MEC, e que fomentou medidas que reforçam positivamente o descrédito da educação formal, como o *homeschooling*, a necessidade do exército internamente à educação (a partir das escolas cívico-militares), ou ainda como seu discurso que negava a importância e papel das Universidades Públicas, inclusive com falas de repugnância e deboche. Não bastassem suas medidas, a deseducação própria do Presidente, desde as manifestações machistas públicas, até mesmo o desrespeito às sugestões da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, o apoio em Olavo de Carvalho como teórico-político, a escola Sem Partido e seu discurso moralista, fazendo coro à fake new também foram elementos que fizeram retroceder a credibilidade da educação formal.

A segunda conclusão é que o sucateamento da educação foi marca fundamental dos anos 2019 a 2023, através de cortes orçamentários à pesquisas científicas e Universidades. Essa política tem essência estritamente neoliberal, ou seja, tem intuito de reduzir o papel do Estado para abrir espaço para a iniciativa privada gerir os interesses públicos gerando lucro. A causa do sucateamento se explica no texto, a partir por exemplo da manutenção da EC 95 (Teto de Gastos),

dos inúmeros cortes às bolsas CAPES, CNPQ e de orçamento das escolas e universidades, aprofundando cada vez mais o abandono da educação no país.

A falta de programa para a educação se consolidou em um desenvolvimento do Ministério da Educação pífio, com sucessivas trocas de Ministros e disputas políticas entre setores da base do Governo pela vaga. Não apenas as disputas marcaram o órgão, como sobretudo as polêmicas envolvendo ministros terrivelmente cristãos e preconceituosos.

É preciso ponderar, ainda, que Bolsonaro e seus ministros não governaram sem oposição: o Brasil viveu anos intensos de luta e mobilização por parte da categoria de estudantes, pesquisadores e docentes para defender suas Universidades. O movimento conhecido como Tsunami da Educação (2019), ocupou as ruas de todo o Brasil em defesa da ciência e da Universidade Pública.

O balanço político do Governo Bolsonaro se reflete na insatisfação popular com a qualidade de ensino e fundamentalmente, nos números do orçamento de 2023: as Universidades seguirão enfrentando dificuldades de crédito diante da sociedade, junto dos problemas orçamentárias e de fundos pelos próximos anos, fruto dos sistemáticos congelamentos e cortes de investimentos.

As ações privatistas e de sucateamento da educação, são a expressão máxima de um projeto de sociedade que busca tão somente vias de opressão e a manutenção de uma massa subdesenvolvida e sub empregada, com processos recorrentes de degradação humana, ações estas que devem ser combatidas como expressão de responsabilidade.

Coube à organização dos sujeitos da educação, a partir da participação na vida política através da luta na rua, defenderem o ensino público com muita manifestação política. Foi o que fizeram os estudantes e professores nesse período, tornando a educação um verdadeiro terreno em disputa. Portanto, a última conclusão é que sendo o projeto de Bolsonaro o aprofundamento do problema para a educação pública brasileira, os estudantes e professores não deixaram ser governados sem apresentar resistência, como o foi por toda a história do Brasil. Os anos de 2019 a 2023 foram de muita luta política por parte dos jovens estudantes e também dos sindicatos da educação, que se organizaram para investigar, denunciar e mobilizar contra o Governo de Jair Messias Bolsonaro sendo parte significativa de sua derrota nas eleições de 2023.

Uma nova geração de pesquisadores aprendeu pela prática a defender suas pesquisas, universidades e escolas e fazer política de ruas para defender a excelência de ensino de base e superior no país, e reside nesse sentimento a esperança para a educação e ciência do próximo período.

O futuro exige coragem e mais investimentos para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L., **Posições**. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

_____. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: **Graal**, v. 2, 1985;

ALVES, P. Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que 'é impossível a convivência'. **G1**, Pernambuco, 19 de ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-criancas-impossivel-convivencia.ghtml>. Acesso em 09 de mar. 2023;

ALVES DE OLIVEIRA, Valdirene. A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato. **Confluence. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, 2021.

AMARAL, M. P. Movimento Estudantil. **COR LGBTQIA+**, v. 1, n. 1, p. 154-167, 2021.

ARAÚJO, M. A. D. de; MACEDO, M. N. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022.

BOLLNOW, O. F., **Pedagogia e filosofia da existência**. Petrópolis, Vozes, 1971.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.076, de 02 de junho de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores-Future-se. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900013&filename=Tramitacao-PL%203076/2020. Acesso em ;

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3.179 de 2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>. Acesso em 09 de mar. 2023;

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Brasília [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de mar. 2024;

_____. **DECRETO Nº 9.741 DE 29 DE MARÇO DE 2019**. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.741%20DE%2029,2019%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 09 de mar. 2023;

_____. **DECRETO Nº 10.004, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.**

Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Presidência da República. Brasília, 2019. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm.
 Acesso em 09 de mar. 2023;

_____. **DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Presidência da República. Brasília, 2020. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502impessao.htm. Acesso em 09 de mar. 2023;

_____. **PROJETO DE LEI N.º 867, DE 2015.** Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Câmara dos Deputados. Brasília, 2015. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015. Acesso em 09 de mar. 2023;

BUGIATO, Caio; FREITAS, Sara. Burguesia e extrema direita no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**: RCS, v. 53, n. 1, p. 15-22, 2022;

CANTANHÊDE, E; CAFARDO R; SOARES, J. Bolsonaro escolhe pastor para o MEC, por 'apreço à família e aos valores'. **Estadão Conteúdo**, Uol, Educação, 11 de jul. 2020. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/07/11/bolsonaro-escolhe-pastor-para-o-mec-por-apreco-a-familia-e-aos-valores.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 09 de mar. 2023;

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

COLLIER, Luciana Santos. Educação Física escolar pós pandemia e governo Bolsonaro: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, p. e20230010, 2023.

CURY, C.R.J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo, tese de doutoramento, PUC-SP, 1979.

D'AGOSTINO, R; RESENTE, S. Ricardo Vélez Rodríguez assume MEC e diz que governo combaterá 'marxismo cultural'. **G1**, Política, 02 de jan. 2019. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/ricardo-velez-rodriguez-assume-mini-sterio-da-educacao-em-cerimonia-em-brasilia.ghtml>. Acesso em ;

DE FRANCO, Clarissa; DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg. UM ESTADO " TERRIVELMENTE CRISTÃO" E PRIVATIZADOR:: A OPRESSÃO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO BOLSONARO. **Estudos Teológicos**, v. 60, n. 1, p. 134-155, 2020.

DE MATTOS, Ivan Henrique et al. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. **Sociedade e Cultura**, v. 24, 2021.

DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves; SOBRINHO, Djamiro Ferreira Acipreste; DE SOUSA NETO, Sebastião Casimiro. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO CRITÉRIO NO CONTROLE POLÍTICO PRÉVIO DE CONSTITUCIONALIDADE. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 21, p. 136-157, 2022.

DOS SANTOS LIMA, Elaine Cristina. NEOLIBERALISMO: política econômica como saída à crise. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, s.d.. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/neoliberalismo-politica-economica-como-saida-a-crise.pdf. Acesso em ;

DUARTE, A. DE M.; CÉSAR, M. R. DE A.. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. e109146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVvSJcgmX3VS/?lang=pt>. Acesso em ;

FONSECA; N; SATIE, A; LOPES L. Quem é Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação preso em operação da PF. **CNN Brasil**, 22 de jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-milton-ribeiro-ex-ministro-da-educacao-presos-em-operacao-da-pf/>. Acesso em 10 dez. 2023;

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. O ENEM Sob Vigilância: A Comissão Verificadora de Questões e as Provas de Ciências Humanas no Governo Bolsonaro. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, p. 1-18, 2023.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967;

_____. Educação “bancária” e educação libertadora. **Introdução à psicologia escolar**, v. 3, p. 61-78, 1997;

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Brasil. **Portaria nº 34, de 9 de Março de 2020**. Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES. Brasília, 01 jul. de 2020. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443>. Acesso em 09 mar. 2023;

G1. Abraham Weintraub deixa o Ministério da Educação: gestão foi marcada por polêmicas e críticas; veja lista. **G1**, Educação, 18 de jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/18/gestao-de-abraham-weintraub-no-ministerio-da-educacao-e-alvo-de-polemicas-e-criticas-veja-lista.ghtml>. Acesso em ;

_____. Carlos Alberto Decotelli da Silva: saiba quem é o ministro da Educação. **G1**, Educação, 25 de jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/25/carlos-alberto-decotelli-da-silva-saiba-quem-e-o-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em ;

GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia**. São Paulo, DIFEL, 1976.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992;

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

JORNAL NACIONAL (JN). MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais. **G1**, Jornal Nacional, 30 de abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml>. Acesso em 09 de mar. 2023;

LACLAU, Ernesto et al. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2005;

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name. **Populism and the Mirror of Democracy**, p. 103-114, 2005.

LEHER, R.. UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA: FUTURE-SE E “GUERRA CULTURAL” COMO EXPRESSÕES DA AUTOCRACIA BURGUESA. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e241425, 2021. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQX7dwJVVGYW8bVFmWYm/?lang=pt>. Acesso em ;

Lobo, Sônia A. Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores. **Comunicação**, 2020. Disponível em: <https://sintef.org.br/wp/2020/06/15/artigo-politicas-para-educacao-sob-o-governo-bolsonaroe-seus-impactos-sobre-a-formacao-de-professores>. Acesso em ;

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, v. 1, p. 73-80, 1998;

MANSUR, R. Orçamento das universidades federais caiu 14% nos 4 anos de Bolsonaro, apontam pesquisadores da Unifesp. **G1**, Minas Gerais, 11 de dez. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/12/11/orcamento-das-universidades-federais-caiu-14percent-nos-4-anos-de-bolsonaro-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 09 mar. 2023;

MARRACH, Sonia Alem. "Neoliberalismo e educação." *Infância*, **Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez (1996): 42-56.

MARTELLO, A. Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento. **G1**, Política, 22 de abr. 2022. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em 09 mar. 2023;

MARX, K., **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa, Editorial Estampa, 1973;

MARX, Karl. **O capital: edição condensada**. Edipro, 2019.

MEC. **Novos Caminhos**. Ministério da Educação, 01 fev, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/novos-caminhos#:~:text=O%20Programa%20Novos%20Caminhos%2C%20agenda,planejamento%20da%20oferta%20de%20cursos%2C>. Acesso em 09 mar. 2023;

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Theomai**, n. 15, p. 107-130, 2007;

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. *Argumentum*, v. 13, n. 2, p. 8-20, 2021;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Brasil. **História**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2. Acesso em 07 mar. 2024;

_____. Brasil. Ricardo Vélez Rodríguez é nomeado ministro da Educação; posse ocorre nesta quarta-feira, 2. **MEC**, Gestão, 01 de jan. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/72431-ricardo-velez-rodriguez-e-nomeado-ministro-da-educacao-posse-ocorre-nesta-quarta-feira-2>. Acesso em ;

MINTO, Lalo. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011;

MOTA, Daniel Marques; FERREIRA, Paulo José Gonçalves; LEAL, Lisiane Freitas. Produção científica sobre a COVID-19 no Brasil: uma revisão de escopo. **Vigilância Sanitária Em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 114-124, 2020.

NASCIMENTO, Leonardo et al. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. 2018.

NASCIMENTO, Wallace Ferreira. A direita brasileira e o autoritarismo como projeto ‘metamorpho’de poder: uma análise das mutações do discurso de Jair Bolsonaro e suas implicações nas redes sociais. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Jornalismo)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2018.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. **Coleção questões da nossa época**, v.2, SP. Ed.Cortez, 1993;

NICODEMOS, C. Gramsci e o fascismo: uma análise conceitual a partir dos Cadernos do cárcere de Antonio Gramsci. **PRIMORDIUM - Revista de Filosofia e Estudos Clássicos**, Uberlândia, v. 6, n. 11, 2021. DOI: 10.14393/REPRIM-v6n11a2021-61348. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/primordium/article/view/61348>. Acesso em: 8 mar. 2024;

NOGUEIRA, Carmen Aline Alvares. **A TEORIA ALTHUSSERIANA DA ESCOLA COMO " APARELHO IDEOLOGICO DE ESTADO" NO CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Salão de Iniciação Científica (21.: 2009 out. 19-23: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2009., 2009;

O GLOBO. Aluno de universidades brasileiras 'faz tudo, menos estudar', diz Bolsonaro. **O Globo**, 12 de dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aluno-de-universidades-brasileiras-faz-tudo-menos-e-estudar-diz-bolsonaro-24134987>. Acesso em ;

OLIVEIRA, E. Debandada do Inep consolida desidratação do Enem sob Bolsonaro. **El País**, Brasil, Educação, 10 nov. 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-10/debandada-do-inep-consolida-desidratacao-do-enem-sob-bolsonaro.html#>. Acesso em 09 de mar. 2023;

OLIVEIRA, M. MEC da Era Bolsonaro é capacitista e está a serviço do mercado. **Associação dos Docentes da UFAM**, 15 de dez. 2021. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame2.php?pagina=artigo.php&ID_ARTIGO=443. Acesso em 09 mar. 2023;

PUENTE, B. Universidades Federais terão corte de pelo menos R\$ 1 bilhão no orçamento. **CNN Brasil**, 11 de mai. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/universidades-federais-terao-corte-de-pelo-menos-r-1-bilhao-no-orcamento/>. Acesso em 09 de mar. 2023;

RIBEIRO, Luís Guilherme Marques; LASAITIS, Cristina; GURGEL, Lígia. Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. **Anagrama**, v. 10, n. 2, 2016.

SANTOS, E. MEC já teve corte de R\$ 1,6 bilhão em junho e enfrenta segundo bloqueio em 2022; entenda cronologia da crise. **G1**, Educação, 29 de nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/29/mec-ja-teve-corte-de-r-16-bilhao-em-junho-e-enfrenta-segundo-bloqueio-em-2022-entenda-cronologia-da-crise.ghtm>. Acesso em ;

SANTOS, Eduardo Heleno et al. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013 | Crisis of political representation in Brazil and the protests of June 2013. **Liinc em revista**, v. 10, n. 1, 2014;

SANTOS, Simone Natividade. **O discurso sobre a universidade pública e o saber científico em meio ao negacionismo no governo Bolsonaro**. 2023. 100 f. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió 2023. Disponível em <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12201>. Acesso em ;

SANTOS, E. MEC já teve corte de R\$ 1,6 bilhão em junho e enfrenta segundo bloqueio em 2022; entenda cronologia da crise. **G1**, Educação, 29 de nov. 2022.

Disponível:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/29/mec-ja-teve-corte-de-r-16-bilhao-e-m-junho-e-enfrenta-segundo-bloqueio-em-2022-entenda-cronologia-da-crise.ghtml>. Acesso em 09 mar. 2023;

SAVIANI, Dermeval A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In, W.E. GARCIA (org.), **Inovação educacional no Brasil**. S. Paulo, Cortez Ed./Ed. A. Associados, 1980;

_____. Escola e democracia ou a teoria da curvatura da vara. In, **ANDE**, Ano 1, n? 1, 1981, pp. 22-33;

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo, Cortez Ed./Ed. Autores Associados, 1980;

_____. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência**. Roteiro, v. 45, 2020;

_____; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Autores Associados, 2021;

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017;

SILVA, Tomás Tadeu; APPLE, M.; ENGUITA, M. e outros. Neoliberalismo, qualidade e educação. Petrópolis, Vozes, 1994;

SOARES BARBOSA, Carlos. A farsa que se repete: ataque ao " marxismo cultural" e à educação crítica no Governo Bolsonaro. **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, 2021;

SUCHODOLSKI, B., **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: pedagogia da essência e pedagogia da existência**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978;

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019.

TENENTE, L. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação que foram criticadas por especialistas. **G1**, Educação, 31 de jan. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/31/milton-ribeiro-veja-6-frases-do-ministro-da-educacao-que-foram-criticadas-por-especialistas.ghtml>. Acesso em ;

TORRES, Michelangelo. **Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro**. 2020;

UOL. Fundador do Escola sem Partido cita 'abandono' de Bolsonaro e culpa Olavo. **Uol Maceió**, Educação, 09 de mai. 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/09/fundador-do-escola-sem-partido-cita-abandono-de-bolsonaro-e-culpa-olavo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 09 de mar. 2023;

VÁZQUEZ, A.S., *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968;

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística aplicada**, v. 59, p. 1134-1157, 2020;

WAHL-JORGENSEN, Karin. Media coverage of shifting emotional regimes: Donald Trump's angry populism. **Media, culture & society**, v. 40, n. 5, p. 766-778, 2018.